

**Universidades Lusíada**

Ferreira, Nuno Simão Miranda Guerra da Silva

**Alberto de Monsaraz e vaga dos nacionalismos e dos radicalismos político autoritários europeus do pós - I Guerra Mundial : um rumo até ao fascismo?**

<http://hdl.handle.net/11067/5647>

**Metadados**

**Data de Publicação**

2007

**Resumo**

O presente estudo, ao historiar o itinerário do activismo político de Alberto de Monsaraz, pretende extrair continuidades, descontinuidades e paralelismos entre os regimes e forças de direita, o regime ditatorial português, a Espanha de Primo de Rivera, a Itália de Mussolini e a Action Française de Maurras. Deste modo, não tencionamos apontar certezas nem apresentar um paradigma explicativo rígido de forma a aclarar as continuidades e/ou rupturas entre as direitas em estudo. No entanto, ressalva...

The present paper intends to trace the history of Alberto de Monsaraz's politic activism, so as to extract continuities, discontinuities, and parallelism between the right regimes and forces, the Portuguese Dictatorial Regime (1926-1932), Primo Rivera's Spain (1923-1929), Mussolini's Italy (1922-1945) and Maurras Action Française. With this work, we do not intend to point out certainties and/or ruptures between the "rights wings". However, a starting idea is reserved, the post World War I period...

**Palavras Chave**

Monsaraz, Alberto de, 1889-1959 - Crítica e interpretação, Ditadura - História - Século 20

**Tipo**

article

**Revisão de Pares**

Não

**Coleções**

[ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 04 (2007)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-17T10:17:05Z com informação proveniente do Repositório

**ALBERTO DE MONSARAZ E A VAGA DOS  
NACIONALISMOS E DOS RADICALISMOS  
POLÍTICO-AUTORITÁRIOS EUROPEUS  
DO PÓS - I GUERRA MUNDIAL:  
UM RUMO ATÉ AO FASCISMO?**

Nuno Simão Ferreira  
nunosf@iol.pt



### **Resumo**

O presente estudo, ao historiar o itinerário do activismo político de Alberto de Monsaraz, pretende extrair continuidades, descontinuidades e paralelismos entre os regimes e forças de direita, o regime ditatorial português, a Espanha de Primo de Rivera, a Itália de Mussolini e a Action Française de Maurras. Deste modo, não tencionamos apontar certezas nem apresentar um paradigma explicativo rígido de forma a aclarar as continuidades e/ou rupturas entre as direitas em estudo. No entanto, ressalva-se uma ideia de partida, o Pós - I Guerra Mundial acentuou o endurecimento e a radicalização política verificada em Portugal e no resto da Europa, acompanhado de muito perto pela degradação das condições materiais de vida, ligadas ao desemprego, à inflação e à fome.

### **Palavras-chave**

Direitas / Alberto de Monsaraz / Homem Cristo Filho / Pan-Latinismo / Primo de Rivera / Mussolini / Charles Maurras.

### **Abstract**

The present paper intends to trace the history of Alberto de Monsaraz's politic activism, so as to extract continuities, discontinuities, and parallelism between the right regimes and forces, the Portuguese Dictatorial Regime (1926-1932), Primo Rivera's Spain (1923-1929), Mussolini's Italy (1922-1945) and Maurras Action Française. With this work, we do not intend to point out certainties and/or ruptures between the "rights wings". However, a starting idea is reserved, the post World War I period accentuated the hardening and radicalisation of politics that occurred in Portugal and throughout the rest of Europe, followed very close by a degradation of quality of life, as a consequence of unemployment, inflation and hunger.

### **Key-Words**

Right Wings / Alberto de Monsaraz / Homem Cristo Filho / Pan-Latinism / Primo de Rivera / Mussolini / Charles Maurras.



## 1. O fim da Grande Guerra

Em 1917, o Alto Comando Alemão (Hidenburg e Ludendorff) persuadiu-se de que poderia ganhar a guerra desencadeando uma ofensiva submarina que asfixiasse a Inglaterra e a forçasse a pedir a paz. A frota mercante inglesa sofreu perdas enormes, mas o melhoramento dos meios de luta anti-submarina e a entrada dos Estados Unidos na guerra, a 2 de Abril, provocada exactamente pela guerra submarina, permitiram que os Aliados resistissem.

No fim de 1917, depois de três anos e meio de guerra, o desfecho do conflito era ainda incerto, mas ambos os lados sabiam que só seria possível vencer dispondo de uma considerável superioridade numérica apoiada por novos meios táticos. De resto, nenhuma paz de compromisso era possível, uma vez que o mapa de guerra era demasiado favorável à Alemanha para que ela se dispusesse a fazer concessões, e os sacrifícios entretanto feitos pela França eram demasiado grandes para que ela aceitasse uma paz que lhe não restituísse a Alsácia-Lorena. Por isso, Alberto de Monsaraz<sup>1</sup> reflectia sobre o longínquo fim feliz que só podia ser com a vitória dos Aliados, e afirmava categoricamente a D. Manuel II: «*Depois da guerra, quando, mercê de Deus, a situação internacional se aclarar pelo completo esmagamento da Alemanha, as Legiões latinas vitoriosas saberão dominar e corrigir essa democracia berrante, que hoje pretende monopolizar a grande luta em mero benefício próprio. Uma Alemanha triunfante quereria impor repúblicas a todos os povos, como Bismark o fez à França em 71, para os enfraquecer automaticamente na expectativa doutra possível contenda armada. Assim, não. Tenho confiança no Futuro*»<sup>2</sup>.

Posteriormente, e ainda no mesmo ano de 1917, Monsaraz dava o seu parecer acerca do fim da conflagração mundial. «*A guerra só poderia terminar pelo total esmagamento da Alemanha e para isso durará, como ainda há pouco dias me repetia um oficial britânico: o tempo que for necessário (...)*.

*Para evitar a segunda guerra púnica é indispensável que a Roma Germânica fique aniquilada na primeira. Que seria da França ante um Império alemão militarizado, íntegro e intacto dia a dia mais forte e mais arrogante, quando, feita a paz sem anexações*

<sup>1</sup> Espólio Alberto de Monsaraz (EAM), Fotografia de Alberto de Monsaraz. V. em **Apêndice Documental**.

<sup>2</sup> Espólio Alberto de Monsaraz (EAM), Carta de Alberto de Monsaraz para D. Manuel II, Paris, Maio de 1917.

*nem indemnizações, os aliados se retirassem do seu território mutilado e sangrento? Este quadro tenebroso vêem-no sem dúvida, entre turvas apreensões, todos os soldados franceses, do primeiro general ao último poilu, os que rastejam nas trincheiras e os que voam nas asas da Morte sobre as linhas inimigas. O dilema está definitivamente posto: ou o Finis Germaniae ou o Finis Galiliae. Daqui não há fugir. Mais valem no presente alguns sacrifícios ainda do que num futuro incerto calamidades certíssimas e inevitáveis»<sup>3</sup>.*

A 17 de Março de 1919, Afonso Costa tomava posse como chefe da segunda delegação portuguesa à Conferência de Paz, e falava-se de uma autêntica corrida ao Império português. Assim, a Bélgica pretendia Cabinda a fim de alargar a sua saída, no Congo belga, para o mar; a China pretendia Macau; a Holanda desejava comprar Timor; a França queria o Estado português da Índia; a Itália desejava instalar-se no planalto de Benguela e no sul de Angola; e a União Sul-Africana desejava que Moçambique entrasse na Confederação da África do Sul.

Perante este cenário, em que sobressaía mais uma vez a incapacidade da República na defesa da nacionalidade, Monsaraz denunciava o facto de Afonso Costa, no seu primeiro discurso como chefe da delegação lusa à Conferência da Paz, ao indignar-se perante o projecto inicial do Tratado de Paz, que pouco contemplara Portugal, e na presença de Clemanceau, Lloyd George e Wilson assinalou que na manutenção deste cenário ruinoso, não saberia o que havia de dizer ao parlamento. Além disso, Monsaraz indignava-se pelo facto do projecto inicial do Tratado de Paz não precisar devida e justamente o pagamento das indemnizações de guerra da Alemanha aos Aliados, o que na falta deste pagamento arruinaria as já débeis finanças portuguesas. «*Do tratado de paz nem mesmo se fala. É um assunto secundário. O importante foi entrar-se na guerra, intensificar-se de todas as formas a participação na guerra. Senão, com que cara haviam os chefes democráticos de se apresentar ao parlamento, conforme exclamava Afonso Costa num telegrama, tornado público o ano passado, depois da revolução dezanovista. A paz foi uma bota difícil de descalçar. O ideal teria sido que a guerra continuasse eternamente. Se agora ratificassem o tratado, deixariam os alemães de ser considerados inimigos e ai das liquidações de bens que ainda não acabaram, nem acabarão tão cedo. Ora, se a paz é uma bota apertada, o mais simples é não a descalçar»<sup>4</sup>.*

Monsaraz reflectia sobre o trauma ocorrido, após uma engrenagem demasiado rápida para poder ser dominada e que, afinal, contribuíra para um enfrentamento dos povos, cuja duração e violência foram além de tudo quanto eles poderiam imaginar. A Europa profundamente empobrecida, retalhada e fragilizada, só lentamente ia renascendo, oferecendo aos olhos do mundo uma baça imagem.

Após a assinatura do armistício, em que os vencedores impuseram aos vencidos severas condições, o tratado de paz era assinado meses mais tarde, duro

<sup>3</sup> Alberto de Monsaraz, “A eterna fita/À «Vanguarda»”, *A Monarquia*, Ano I, n.º 193, 3 de Outubro de 1917, p. 1.

<sup>4</sup> Évora Macedo (pseudónimo jornalístico de Alberto de Monsaraz utilizado para iludir os freios e a vigilância apertada da censura republicana), “Semana Política”, *A Monarquia*, Ano III, n.º 532, 23 de Agosto de 1919, p. 1.

e humilhante para os derrotados: «onde se não chocam as armas, degladiam-se as ideias, prepara-se na sombra a intensificação da luta económica absorvente, dominadora, impiedosa. Ninguém sabe ao certo o que sairá deste novo estado de coisas, onde o imprevisível entra sempre como factor preponderante»<sup>5</sup>.

Para já, este regresso à normalidade ou tentativa de sê-lo, parecia complexo a Monsaraz, e até mesmo entravado, por dois motivos: a vaga revolucionária que se alastrou, que refluiu e instalou-se na Rússia; e o demoliberalismo, confirmado no noroeste europeu ou na Europa rica, perdera parte do seu prestígio.

No entanto, face à recuperação material da Europa e da resolução dos problemas nascidos da guerra, é legítimo que nos interroguemos acerca da possibilidade de estabilização da Europa. Alberto de Monsaraz parece-nos responder, sugerindo-nos outras não menos pertinentes questões: «(...) a Humanidade mudou de rumo, que um vento novo, mais fresco e mais sadio, vai soprar agora à superfície da terra. Teremos de passar ainda por instantes da agitação do terror, da subversão e de ruína, sublinhados a sangue pela mão da fatalidade? Ou entraremos desde já no século fecundo das reparações e do resgate? É difícil de prever. O Destino tem a palavra»<sup>6</sup>.

Para Monsaraz, era claro e empolgante um aspecto que estava a ocorrer: o refluxo revolucionário da Rússia bolchevique. Efectivamente, o refluxo surgira rapidamente e começara muito antes da vaga revolucionária ter cessado de alastrar, e os movimentos em sentido contrário provocaram, de certo modo, uma efervescência geral.

Na Alemanha os *spartakistas*, que haviam fundado recentemente o Partido Comunista Alemão, foram vencidos na «semana sangrenta», entre 6 e 12 de Janeiro de 1919, em Berlim, sendo os seus chefes, *Karl Liebknecht* e *Rosa Luxemburg*, assassinados. Nas semanas seguintes, a revolução gorava-se, também, no resto da Alemanha. Os combates reavivaram-se em Berlim, na Primavera, mas o movimento revolucionário foi novamente vencido, tal como em diversas cidades, onde se haviam formado «repúblicas dos conselhos», sendo a da Baviera iniciada a 23 de Fevereiro e esmagada entre 3 e 5 de Maio de 1919. «(...) vemos a Alemanha inteira, desde os operários aos mais graduados chefes militares, tomarem uma atitude de franca irredutibilidade em face do Bolchevismo. Hoje, que já não é urgente erguer esse papão da anarquia aos olhos da Entente para obter dela mais concessões, os princípios de disciplina e ordem retomam o seu antigo significado social e todos se preparam para uma luta sem tréguas e sem mercê às investidas anárquicas. (...) em Berlim o ministro da guerra Noske, prescreve as mais rigorosas medidas de segurança para que os *spartakistas* não voltem a alargar em sangue as ruas e praças das cidades alemãs»<sup>7</sup>.

Em França, o refluxo revolucionário parecia estar a processar-se, aquando das eleições de 1919, que beneficiavam àquele que se apresentava como

<sup>5</sup> Idem, "Crónica externa/Rússia - Alemanha - França", *A Monarquia*, Ano III, n.º 547, 12 de Setembro de 1919, p. 1.

<sup>6</sup> Idem, "Crónica externa/Rússia - Alemanha - França", *Ibidem*, p. 1.

<sup>7</sup> Idem, "Crónica externa/Rússia - Alemanha - França", *Ibidem*, p. 2.



continuador do espírito da guerra, Clemenceau, figura emblemática de uma coligação centro - direita - o *Bloc National*, que acabaria por ganhar as eleições legislativas, maioritário na «*Câmara azul celeste*»: «(...) *A França nacionalista, a França patriótica, com Clemenceau à frente e Maurras e Daudet empunhando o velho pendão tradicional, vai defrontar-se, primeiro nas urnas, depois talvez na praça pública, com esses descaracterizados sem classificação social, vaza imunda de todas as nacionalidades, que tanto mais facilmente se avisa lá no fundo, quanto mais pura e translúcida é a alma da Raça, que elas procuram atraiçoar. A vitória não é duvidosa. Essa câmara ardente de 1919, como lhe chama Daudet, vai iniciar e continuar durante a sua permanência o resgate colectivo da França, pelo predomínio dos princípios da ordem sobre a anarquia latente, pela extinção definitiva dos partidos políticos ante a Nação organicamente hierarquizada e disciplinada, consciente da sua energia e do seu valor. (...) uma coisa está, sem dúvida, absolutamente prevista e garantida - o aniquilamento do espírito maçónico, que desde 89 de lá irradiou para todos os povos latinos, impedindo-lhes, em nome da seita, o seu desenvolvimento colectivo, histórico e natural*»<sup>8</sup>.

Na Rússia, apesar de a Revolução de Outubro ter catapultado os bolcheviques para o poder, o Congresso dos Sovietes e o Conselho dos Comissários do Povo aprovaram leis revolucionárias, com o objectivo de construir uma sociedade socialista marxista. Era abolida a propriedade privada de terras, fábricas, minas, bancos e outros meios de produção de riqueza, nacionalizados sem direito a indemnizações. A nobreza fundiária e a grande burguesia, depois de perderem o poder político, perdiam também o poder económico.

Em Outubro de 1918, a vitória dos Aliados sobre as Potências Centrais já não deixava dúvidas nenhuma, mas o Comité Central Executivo Pan-Russo, organismo supremo dos soviets, queria acreditar ou fazer crer que a revolução iria varrer capitalistas e imperialistas tanto das potências vitoriosas como das potências vencidas. Enquanto esperava, contudo, ia apelando à formação de um forte Exército Vermelho para resistir às agressões internas e externas que ameaçavam a Revolução bolchevique.

Não tardou, pois, a iniciar-se a contra-revolução. Os membros das antigas classes dirigentes, apoiados por alguns países que temiam a exportação da revolução (Inglaterra, França, Estados Unidos, Japão) formaram o Exército Branco, ao qual se opôs o Exército Vermelho comandado por Trotsky, iniciando-se assim uma violenta guerra civil que estava em curso. Monsaraz elogiava os esforços valorosos dos contra-revolucionários russos: «(...) *Na Sibéria Koltchak, no norte, junto à Finlândia, Youdenitch, ao sul e sudoeste Petliura e Deproskine - vários nomes de generais, representando em honra da tradição nacional*»<sup>9</sup>; no plano externo, «(...) *entre os embaixadores e diplomatas da Wilhelmstrasse adeja e vai tomando dia a dia mais corpo e mais consciência o vago sonho longínquo de dar a mão, por cima da Rússia vermelha e anarquizada, àqueles elementos contra-revolucionários da Sibéria e do Don, que representam em germen a Rússia que, novamente imperialista e guerreira, se ligasse*

<sup>8</sup> Idem, "Crónica externa/Rússia - Alemanha - França", *Ibidem*, p. 2.

<sup>9</sup> Idem, "Crónica externa/Rússia - Alemanha - França", *Ibidem*, p. 1.

à Alemanha já fundida com a Áustria, para a desforra que medita»<sup>10</sup>.

Aos esforços dos generais contra-revolucionários, Monsaraz adiantava que a Rússia, no rescaldo da paz, fora uma nação perdedora do oceano Ártico até ao Mar Negro, ficando sem uma faixa de terras com 300 a 400 quilómetros de extensão, devido a serem aumentados Estados como a Finlândia, os três Estados do Báltico, a Ucrânia (a parte oriental da Ucrânia e da Bielorrússia, estavam a ser disputadas pela Polónia e pela Rússia), a Polónia, a Transilvânia e a Bessarábia que iam para a Roménia.

#### O Pós - I Guerra Mundial em Portugal e no resto da Europa

Quanto à política externa, destaca-se o triunfo da revolução russa em 1917, que provocou uma vaga revolucionária, sucedendo-se tentativas de tomada de poder por parte dos partidos operários. Os regimes demoliberaes revelavam-se excessivamente vulneráveis, criando por isso condições para a emergência de movimentos apostados na construção de uma ordem forte e autoritária.

Monsaraz considerava que o Comunismo poderia espreitar no horizonte, enquanto a crise económica, financeira e social grassava por toda a Europa, com a inflação disparada, o desemprego a subir, a violência e a agitação incontroláveis. De facto, capitalistas e vastos sectores da direita conservadora, assustados pelo exemplo da Revolução Russa, receavam que Portugal pudesse enveredar também por um processo revolucionário. Por isso, não só foram estimular a formação de grupos armados de direita como procuraram o apoio dos militares com vista à formação de um governo forte que defendesse melhor os seus interesses.

Portugal, país de economia dependente e atrasada, sofreu ainda mais os efeitos da crise internacional. Todavia, a participação na guerra assegurou a preservação do Império colonial, alargado com a restituição de Quionga (pequeno território que a Alemanha ocupava desde 1894) e, por decisão do Conselho Supremo das Nações Aliadas de 25 de Setembro de 1919, o aniquilamento das pretensões, tanto da África do Sul como dos demais países relativamente às colónias portuguesas.

Apesar deste aparente cenário de descompressão internacional à volta dos territórios portugueses, mais uma vez Monsaraz hasteava a bandeira da inquietação e do temor contra uma possível investida imperialista espanhola: «(...) receio imenso a intervenção estrangeira. Não concordo contigo sobre intimidades políticas e morais com a Espanha. O Leão de Castela é o inimigo tradicional do nosso Pelicano, símbolo da grei. Uma vez fortalecidos internamente, poderemos viver ao lado uns dos outros, como vizinhos que se consideram e respeitam.

*Por agora não, não e não!* A ameaça da conquista páira sobre nós. Castela esboça uma política evidente de avante-guerra e o pior é que a Inglaterra não se opõe. Lembra-te que a nossa obra é uma obra nacional e a primeira condição do nosso nacionalismo é o

<sup>10</sup> Idem, “Crónica externa/Rússia - Alemanha - França”, *Ibidem*, p. 2.

*ódio à Espanha, a melhor virtude que nos legaram os nossos avôs mortos em Aljubarrota e Montes-Claros.*

*Fecha os olhos e vive os melhores séculos da nossa História. Por fim concordarás que tenho razão»<sup>11</sup>.*

Monsaraz entendia que, uma vez a Monarquia restaurada e Portugal fortalecido, a geo-estratégia da sua política externa seria impulsionada pela atlantização, procurando buscar apoios relevantes em territórios extra-Península Ibérica e até Europa, de forma a colmatar a exiguidade continental dos recursos lusos. «*Depois de restaurada a pátria, é no Brasil que a Pátria deverá procurar o seu natural ponto de apoio contra a ganância multi-secular dos vizinhos e dos aliados. Seria a maneira de sairmos da órbita diplomática da Inglaterra sem cairmos na da Espanha, ainda mais trabalhosa e humilhante para nós*»<sup>12</sup>.

Apesar de Afonso Costa, que chefiara a segunda delegação lusa ao Tratado de Paz, ter conseguido obter dos Aliados a concordância para o pagamento por parte da Alemanha de reparações de guerra, numa percentagem apreciável, esse pagamento foi sempre protelado. O descalabro económico facilitou manobras do capital financeiro, num país em que a circulação fiduciária aumentava a todo o momento e a dívida flutuante triplicara depois da guerra. A principal vítima da inflação era a classe média, em que o regime republicano se apoiara. O poder de compra do funcionalismo público baixara consideravelmente, em consequência das crónicas dificuldades orçamentais, agravadas entretanto com as despesas da guerra. As reivindicações salariais dos sindicatos contribuíram, por seu lado, para a espiral dos preços, num ciclo imparável. Eis o testemunho de Alberto de Monsaraz: «*O actual momento político é de sobressaltos e de angústia. Saímos da guerra vitoriosos, é certo, mas tristes e prostrados, com a consciência do dever patriótico rigorosamente cumprido até ao fim, reconfortados sob o ponto de vista moral, mas sob o aspecto material, o aspecto económico e financeiro, mais pobres do que dantes. Seria necessário trabalhar muito, trabalhar constantemente, numa faina incansável, dia a dia, para ganharmos de novo, com o suor do nosso rosto, pelo esforço próprio que nobilita e engrandece, aquela gloriosa situação entre os povos da terra, que já tivemos e deixámos perder.*

*Não parece compreendê-lo assim o operariado português. Em país nenhum do mundo o espírito sectário, anti-patriótico e anti-nacional, está mais fundamente radicado na alma das massas proletárias»<sup>13</sup>.*

Monsaraz esteve completamente ausente da actividade e propaganda políticas activas devido a estar há nove meses hospitalizado. Mas não deixava de advertir que, em caso de «*(...) desnorreamento e os maus conselhos, (...) conduzirem os operários portugueses a uma tentativa hedionda de subversão nacional e social, pode*

<sup>11</sup> Espólio António Sardinha (EAS), Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 78, Hospital de S. José de Lisboa, 16 de Agosto de 1919.

<sup>12</sup> Espólio António Sardinha (EAS), Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 78, Hospital de S. José de Lisboa, 16 de Agosto de 1919.

<sup>13</sup> Conde de Monsaraz, “Na hora incerta...”, A Monarquia, Ano III, n.º 572, 11 de Outubro de 1919, p. 1.

*contar o governo desta terra com o nosso esforço patriótico, com aquele espírito de sacrifício que já tantas vezes temos revelado na defesa dos nossos ideais, para que todos juntos, monárquicos e republicanos, possamos proteger a Pátria contra os sem Pátria e a civilização latina contra os novos bárbaros que a ameaçam»<sup>14</sup>.*

O governo revelava-se incapaz de travar o aumento dos preços dos produtos de primeira necessidade e de evitar a deterioração das condições de sobrevivência. O operariado agitava-se e os movimentos grevistas, determinados quase exclusivamente pela necessidade de elevar os vencimentos, agravavam a instabilidade política. As greves sucediam-se, e nos períodos mais difíceis, desencadeando mesmo confrontos violentos e assaltos colectivos a lojas e a armazéns de produtos de primeira necessidade. Alguns grupos, sobretudo anarquistas, recorriam frequentemente a atentados que lançavam o pânico na população.

É, ainda, oportuno acrescentar que a vaga de reivindicações a que se vinham assistindo, juntamente com a atitude benévola do Estado no pós-guerra, fez com que vários patrões sentissem a necessidade de se organizarem para melhor lhes resistir. Um dos maiores estímulos neste processo foi a aprovação da lei das 8 horas de trabalho em 1919, que estaria na origem dos primeiros confrontos de envergadura. O resultado imediato da reacção patronal, ainda que meramente defensiva, foi o nascimento da Confederação Patronal em Novembro de 1919, como uma tentativa de organização nacional e geral do patronato. A Confederação Patronal estava claramente orientada contra o movimento operário.

Nestas condições, não se estranhará que se comesse a assistir a um progressivo fraccionamento no campo dos defensores de um regime demoliberal e ao reforço dos extremos do leque político, de um lado, o movimento anarco-sindicalista e a Confederação Geral do Trabalho, formada em 1919 e do outro, os católicos conservadores do Centro Católico e os monárquicos do Integralismo Lusitano. Alberto de Monsaraz deixa-nos entrever, na correspondência com António Sardinha, que tinha esperança de vir a influenciar decisivamente os ventos que sopravam conturbadamente, «(...) creio bem que o operariado português, desiludido da questão revolucionária, virá francamente colocar-se ao nosso lado. É só possível que triunfemos muito mais depressa do que seria para supor e até mesmo para desejar»<sup>15</sup>.

## **2. A relação complexa entre Integralismo Lusitano e Fascismo. A questão do “messias”**

O relacionamento entre Integralismo Lusitano e Fascismo é complexo, composto por continuidades e também por descontinuidades ao longo do seu percurso. Simultaneamente a esta problemática, acrescenta-se outra que lhe é

<sup>14</sup> Idem, “Na hora incerta...”, Ibidem, p. 1.

<sup>15</sup> Espólio António Sardinha (EAS), Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 86, Victoria Palace-Hotel, Paris, 24 de Agosto de 1920.

indissociável, a questão do “messias”.

Estas questões inserem-se no estudo das direitas radicais portuguesas, das quais o Integralismo Lusitano é indubitavelmente a árvore frondosa, e que sofreram a influência perturbadora e ruidosa das gerações jovens fascizantes do imediato pós - I Guerra Mundial. No entanto, a ideologia da primeira geração integralista permaneceu imbuída de um antiliberalismo tradicionalista, de um nacionalismo de matriz histórica e de um ruralismo de reacção à industrialização. O socialismo e o comunismo eram para eles uma variante do demoliberalismo, e não lhes mereceram tão grande atenção ideológica, como aconteceu com a maçonaria, o republicanismo jacobino e anti-clerical, seus dilectos inimigos.

O começo da década de 1920 foi dominado pelo combate entre a democracia liberal e a revolução. A democracia liberal saíra vitoriosa, mas deixara que à sua direita se desenvolvesse, em Itália, um esboço de regime totalitário, e noutros países uma série de regimes mais ou menos autoritários.

#### **A vaga de fundo fascista e nacionalista**

No ano de 1922, Rolão Preto parece transfugir do grupo dos integralistas da primeira geração (teimosamente fundidos na medievalidade idealizada e na legitimidade dinástica), ao iniciar na *Nação Portuguesa* a apologia do fascismo, saudando efusivamente as acções fascistas contra os socialistas de Roma e de Bolonha, os comunistas e a força das represálias infligidas. Seria de resto Rolão Preto o mais entusiasta espectador e comentador da ascensão fascista em Itália. Em Outubro de 1922 saudava os prenúncios que iam surgindo na península itálica e que constituiriam a vitória da inteligência e o milagre da vontade, cujas energias emanadas dos apóstolos da salvação italiana, Mussolini<sup>16</sup> e Corrandini, conduziam claramente para a monarquia. Certamente, em 1922, Rolão Preto não fazia ainda a apologia do fascismo ideiação de Estado ou como uma estadalatria, mas sim do fascismo-acção. Efectivamente em Rolão Preto já se denunciavam os ímpetos voluntariosos que o transportariam à liderança do Nacional-Sindicalismo nos anos 30<sup>17</sup>. Era em Sorel<sup>18</sup> que directamente se inspirava já por esta época.

A partir de 1922, quando Alberto de Monsaraz se encontrava exilado

---

<sup>16</sup> V. em **Apêndice Documental**, uma fotografia de Mussolini.

<sup>17</sup> EAM, Fotografia de Rolão Preto como chefe carismático do Nacional-Sindicalismo. V. em **Apêndice Documental**.

<sup>18</sup> Sorel foi, para Rolão Preto, o grande mestre. Rolão Preto introduziu a convergência de Sorel na resposta nacionalista à crise do demoliberalismo e à ameaça revolucionária, que podia atingir Portugal. Sorel tornou-se sobejamente conhecido pela publicação, em 1908, da sua obra *Réflexions sur la Violence*. A crítica ao demoliberalismo que nela se encontra contida, embora de uma forma menos sistemática que a de Maurras e sem tender para nenhuma conclusão política precisa, teve, todavia, uma acção subterrânea infinitamente mais profunda, visto que veio a inspirar o bolchevismo de Lénine e o fascismo de Mussolini. Para Sorel o problema que urgia resolver era o da necessidade de pôr cobro à decadência dos costumes. Era preciso oferecer de novo à sociedade, um vigor que só a violência lhe poderia proporcionar, essa mesma violência que o demoliberalismo condenava e que se esforçava por eliminar.

pela segunda vez em Paris (importante centro intelectual e de acção de forças reaccionárias), começou a identificar-se com a meteórica subida de Mussolini ao poder (a 30 de Outubro de 1922), projectando-o como um messias da doutrina económica e política do Integralismo Lusitano e com a vaga de fundo fascizante: «Mando-te um recorte do TEMPS com o extracto do discurso do ditador italiano no Parlamento. Que homem formidável! Aquilo sim! Vamos ver, se não os nossos princípios políticos, pelo menos os económicos, integralmente realizados. A velha ordem latina romana em Roma, como era natural que fosse»<sup>19</sup>.

Em 1923, Monsaraz continuava a mostrar o seu interesse pela recente experiência política de Mussolini em Itália, conjecturando o impacto da doutrina fascista italiana em Portugal, Espanha e França: «O Rebelo escreveu-me anunciando-me a possível organização dum fascismo nacional português. Aplaudi entusiasticamente. Diz-me ao certo o estado das coisas. A ofensiva de Mussolini contra a Maçonaria, torna-o a primeira figura do mundo moderno. Deus faça com que o não matem»<sup>20</sup>. «Parece-me que em Portugal os meios reaccionários ainda não compreenderam que é o homem de génio, que deseja restabelecer a velha ordem romana, não só na Itália mas em todo o Mundo. Agora pensa em proibir o funcionamento secreto da Maçonaria, sob pena de dissolução e das piores repressões (o deputado Giunta-fala claramente em execuções na praça pública) querendo em nome das velhas ideias que assassinaram a Nação queiram impedir esta de ressurgir. Em Itália está-se fazendo desde já o que a Action Française fará em sendo governo. Duvido, porém muito que o venha a ser um dia, apesar da sua influência crescer a olhos vistos.

Eles têm aqui de defender contra o comunismo, a burguesia existente e esse é precisamente o sustentáculo da República. Estou convencido de que transformarão totalmente o espírito do regimen, mas não supponho, como ninguém, nem eles mesmos falando na intimidade, que um dia consigam derrubá-lo. Eis o que penso sobre a França. (...) Em França, a Action Française também pensa em criar um fascismo nacional para englobar republicanos. Avante e boa esperança»<sup>21</sup>. «(...) Em Espanha já se fala em fascismo e estou convencido de que é uma suprema verdade que se contém na definição do actual movimento italiano, dada por um ministro de Mussolini: "O Fascismo é a face italiana da organização anti-socialista e anti-revolucionária da Europa"»<sup>22</sup>.

É oportuno clarificar a ideia de Monsaraz sobre a criação de um movimento fascista português. Esta ideia foi inspirada num pretense ímpeto criador de um movimento fascista francês que englobaria republicanos. O movimento proposto por Monsaraz seria um centro unificador de forças da direita radical, reaccionárias, conservadoras e de republicanos, dirigidos pelo pendor intelectual dos integralistas.

<sup>19</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n° 149, Carta n° 102, Paris, 28 de Novembro de 1922.

<sup>20</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n° 149, Carta n° 103, Paris- Chez Fast, 13 de Fevereiro de 1923.

<sup>21</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n° 149, Carta n° 104, Paris, 15 de Fevereiro de 1923.

<sup>22</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n° 149, Carta n° 105, Paris, 3 de Março de 1923.

Assim, já se começavam a evidenciar os ímpetos voluntariosos que o remeteriam a simpatizar com a Liga 28 de Maio, enquanto movimento político que pretendia ser uma força civil de apoio à futura Ditadura Nacional e uma vanguarda na construção de um Estado corporativo, sindicalista e cristão, e, posteriormente, a sua adesão ao Nacional-Sindicalismo<sup>23</sup>: «*Quanto a Portugal aplaudo a criação do grande Centro, que se imponha ao regimen como partido de governo e em que o Integralismo domine naturalmente. Depois de governar far-se-ia o que se entender. O que é necessário é que a ideia seja lançada por republicanos (...) podendo receber gente de todos os grupos sem abdicação de crenças, mas fazendo um armistício para bem da Pátria em perigo. A ideia de "Cruzada", em torno do Centro Católico, é vivificada pela mocidade.*

*Bandeira: a da cruz de Cristo*

*Nome: Fascismo Nacional Português*

*A força das palavras é enorme. Fascismo hoje é antídoto de Liberdade, sinónimo de Ordem todas as nações o adoptam»<sup>24</sup>.*

Posteriormente, Monsaraz lamentar-se-ia que «*(...) a ideia fascista não alastre entre os republicanos da direita, auxiliada e animada por nós»<sup>25</sup>.*

A 26 de Outubro de 1923, uma nota editorial publicada no diário integralista *A Monarquia* enaltecia o seu projecto de ressurgimento nacional em torno de figuras como Primo de Rivera e Mussolini: «*Mussolini em Itália e Primo de Rivera em Espanha são o triunfo estrondoso daquelas verdades e daqueles métodos que desde 1914 o Integralismo Lusitano aconselha a todos os bons portugueses. Hora alta de triunfo, sua bandeira de resgate! Possuímos também nós uma doutrina de salvação. Arranquemos das mãos dos plutocratas e dos vendilhões a Pátria que nos é tão querida! Façamos a unidade moral do nosso país contra as quadrilhas rapaces do regimen e contra o ignóbil peso morto das «direitas». E se não houver Rei, que haja um Ditador, porque será Chefe o que primeiro devolver Portugal ao rumo suspenso dos seus destinos eternos!»<sup>26</sup>. Um aspecto fundamental da sua doutrinação junto das elites conservadoras referia-se à reabilitação da ideia de ditadura e da legitimidade do rompimento com a ordem estabelecida. A monarquia orgânica dos integralistas não escondia a apologia da hierarquia e da ordem, e ainda que a legitimidade tradicional do rei escondesse a figura do ditador, a sua organização de representação política pressupunha a abolição de todos os mecanismos democráticos. A apologia da violência também não deixava de contrastar com a passividade que caracterizava os conservadores desde a implantação republicana.*

Posteriormente, no banquete realizado no Luso, a 1 de Dezembro de 1930<sup>27</sup>,

<sup>23</sup> EAM, Bilhete de Identidade de Filiado de Alberto de Monsaraz no movimento Nacional-Sindicalismo. V. em **Apêndice Documental**.

<sup>24</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 104, Paris, 15 de Fevereiro de 1923.

<sup>25</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 105, Paris, 3 de Março 1923.

<sup>26</sup> *A Monarquia*, Ano VI, n.º 1197, 26 de Outubro de 1923, p. 1.

<sup>27</sup> Foi este núcleo do Luso que contou, ainda, com a presença de Hipólito Raposo, de membros das Juntas Escolares de Lisboa, de Coimbra e do Porto, Abílio Pinto de Lemos, José Domingos Garcia

Alberto de Monsaraz, elemento da velha Junta Central integralista, participa na vaga de fundo fascizante. No seu discurso faz a charneira entre as aspirações do Integralismo Lusitano em 1914 e a vaga autoritária e fascizante do pós-guerra, vendo na realidade do fascismo a vulgarização do essencial do ideário integralista: «*Sem a guerra vegetaríamos ainda, como a Action Française e a Idea Nazionale antes de 1914. Foi o abalo, o estremecimento celular produzido pela metralha no corpo de doutrinas e no ritmo social do Estado Burguês que hoje permite a nossa propaganda entrar, como revulsivo, neste velho organismo, mais que intoxicado, putrefacto. Esta hora é de esperança. Por toda a parte, até nos conselhos do governo, a ideia nova infiltra-se, caminha...*»<sup>28</sup>.

O fim da I Guerra Mundial libertara a Europa do secular mal demoliberal e burguês, simbolizado pelos políticos Wilson, Briand («*presonificação dum século que agoniza*») e Mc. Donald, que não passariam de «*sombras vagas que se agitam, sobreviventes que se agarram às últimas tábuas - talvez para terem ainda a consciência de que morrem impenitentes*». A guerra, no fundo, produzira os «*(...) perfis de Chefes populares, como medalhões, nos frisos da História: é Mussolini, o grande, o maior de todos, primeiro realizador do Estado Novo, Bonaparte da Contra-Revolução*»<sup>29</sup>. René Rémond explica-nos sugestivamente o contexto para a compreensão da ascensão e da afirmação do Fascismo na Europa. Após a I Guerra Mundial e do consequente desmembramento dos impérios austro-húngaro e dos czares, a democracia acabava por vencer momentaneamente na Europa, todavia, «*por toda a parte, a experiência das instituições democráticas é imperfeita. A democracia parlamentar funciona mal, encontra pouco apoio num espírito público que ainda não existe. Mostra-se impotente para fundar um Estado estável, uma nação unificada.*

*Rapidamente, as instituições parlamentares são varridas por golpes de força que as substituem por regimes autoritários.*

*A Itália tinha dado o exemplo com a marcha sobre Roma e o estabelecimento do fascismo (Outubro de 1922). O modelo é imitado: outros países enveredaram pela mesma via na década 1920-1930.*

*Na Polónia, o marechal Pilsudsky, o libertador da Polónia, o restaurador da sua independência, apoia-se no exército e também nos sindicatos: estes regimes autoritários apoiam-se amiúde em forças populares. São geralmente menos reaccionários do que os grandes proprietários rurais. Pilsudsky toma o poder. Embora conserve a fachada da Constituição revista, detém de facto a realidade do poder. O regime da ditadura sobreviver-*

---

Domingues, António de Sousa Rego e os irmãos António e Cláudio Correia de Oliveira Guimarães, e de muitos integralistas que já eram activos militantes da Liga 28 de Maio e de outras organizações congéneres. Tudo isto ofereceu um fortíssimo impulso ao Nacional-Sindicalismo.

<sup>28</sup> «Ainda o banquete do Luso/os discursosos - I) de Alberto de Monsaraz», in *Política*, Ano II, n.º 18, 20 de Janeiro de 1931, p. 5.

<sup>29</sup> Idem. Para além de Mussolini, Monsaraz realçava outros chefes políticos que se identificavam com a vaga autoritária e populista: o turco Mustafá Kemal, o rei Alexandre da Jugoslávia, o marechal Pilsudsky, o austríaco Hitler e o soviético Estaline («*o ditador Vermelho, mantenedor do comunismo, consciência negra de crimes - é certo - e mãos ensopadas em sangue; mas diante do qual tremem de susto, de pânico, de pavor os nossos burgueses conservadores da democracia ocidental*», pp. 5 e 6.



*-lhe-à: Pilsudsky morre em 1935. Segue-se-lhe o chamado governo dos coronéis. O ministro dos Negócios Estrangeiros, o coronel Beck, pertence a esta equipa de militares.*

*A Turquia apresenta um caso comparável, com a diferença de que a Polónia está do lado dos vencedores e a Turquia do lado dos vencidos. Todavia, nos dois países, um chefe militar que encarna a vontade de independência e torna-se senhor incontestável do poder: Mustafá Kemal, que salvou o país da derrota e da ruína, que venceu os Gregos, acumula todas as funções. É ao mesmo tempo presidente da nova república (tendo sido deposto o sultão e abolido o califado) e presidente da «grande assembleia». Mustafá Kemal morrerá em 1938, mas o kemalismo, que é um despotismo esclarecido adaptado à Turquia do século XX, sobreviver-lhe-à: trata-se de modernizar o Estado, de o tornar eficaz e de consolidar a unidade nacional através de métodos autoritários.*

*Na Grécia, alguns anos mais tarde, o general Metaxas estabeleceu um regime ditatorial.*

*Na Jugoslávia é o rei Alexandre I que estabelece uma espécie de ditadura real para manter a coesão do jovem Estado multinacional, onde lavram forças centrífugas, onde Croatas e Eslovenos aceitam dificilmente a predominância dos Sérvios. O seu exemplo será seguido pelo rei Carol da Roménia.*

*Na Hungria, depois de esmagada a ditadura comunista de Bela Kun, o almirante Horty exerce a regência: a Hungria mantém ficticiamente a monarquia, mas o trono continua vago, pois as grandes potências opõem-se a que um Habsburgo reine na Hungria.*

*A Áustria, sob o impulso de Mgr Seipel e do chanceler Dollfuss, orientou-se também para um regime autoritário de um tipo algo particular, cristão-social e corporativo, que pretende aplicar a doutrina social da Igreja.*

*A enumeração destes países é, por si própria, assaz significativa: Polónia, Hungria, Roménia, Jugoslávia, Grécia, Turquia. É toda a Europa oriental, danubiana e balcânica, essa parte da Europa<sup>30</sup> que sempre esteve atrasada política, intelectual e economicamente em relação à Europa ocidental, a mesma Europa do despotismo esclarecido, que, dois séculos mais tarde, recorre a formas de governo que ilustram a sua posteridade»<sup>31</sup>.*

*René Rémond abarca-nos também a restante Europa, a do sul, «o contágio autoritário não se limita à Europa oriental. Convém juntar a esta lista de países, que tinham em comum o facto de serem os vencidos de ontem ou novos Estados, o caso dos países mediterrânicos. A Itália desde a marcha sobre Roma, com a ditadura fascista. Em Espanha, com o acordo do soberano, o rei Afonso XIII, o marechal Primo de Rivera torna-se, em 1923, um primeiro-ministro autoritário, e com esta ditadura militar e real prolonga-se até 1930-1931. A seguir às eleições municipais de Abril de 1931, que dão a maioria aos candidatos republicanos, o rei abdica e a república substitui a monarquia. Mas*

<sup>30</sup> Todavia, há a ressaltar uma excepção: «(...) merece ser mencionado, pois as excepções têm com frequência uma virtude esclarecedora. Trata-se da Checoslováquia, que permanece fiel às instituições democráticas até Munique. Até ao desaparecimento do Estado checoslovaco, a democracia permanecerá a sua forma de governo», RÉMOND, René, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias. Revisão Científica de Jorge Miguel Pedreira*, 1ª ed., Lisboa, Gradiva, 1994, p. 321.

<sup>31</sup> Idem, *Ob.Cit.*, pp. 320 e 321.

*a experiência será breve. Pode juntar-se a Espanha à família dos países onde a democracia se adapta mal. Os anos de 1931-1936 foram anos de agitação que preludiam a guerra civil de 1936-1939, que dilacerará a Espanha, preocupará o resto da Europa e preparará a instauração da ditadura franquista.*

*Em Portugal, em 1926, após uma quinzena de anos, o regime republicano, dilacerado, combatido pelas várias facções, é derrubado pelo exército, que instala no poder o general Carmona, à sombra de quem Salazar governará: ditadura técnica, discreta. O Estado Novo durará aproximadamente meio século, até ao seu derrube pelos militares, em Abril de 1974.*

*Assim, por toda a Europa, entre 1920 e 1930, a democracia clássica, caracterizada pela ligação aos princípios liberais, cede o lugar a regimes autoritários: a liberdade recua diante da autoridade. Pode falar-se de uma epidemia de ditaduras. Para se ter uma visão completa do fenómeno seria necessário juntar-se-lhes a União Soviética e a ditadura estalinista e, fora da Europa, os regimes autoritários aparentados na América Latina, no Brasil com Vargas, ou no Japão com a casta militar.*

*Assim, em numerosos países, a democracia não consegue lançar raízes duradouras. Aparece como um regime precário, inadaptado às condições, possibilidades e necessidades destes jovens Estados»<sup>32</sup>.*

#### **A fascização do Integralismo Lusitano rumo ao Nacional-Sindicalismo/ Fascismo Luso?**

A articulação da Monarquia e do Fascismo, tema nuclear das preocupações integralistas, representava a síntese entre tradicionalismo e ruptura. O triunfo do Fascismo e a legitimação tradicional da soberania na figura do monarca vinha, empiricamente, comprovar os postulados teóricos integralistas. Por isso não bastava a solução ditatorial, era necessário legitimá-la no quadro da autoridade tradicional real. O impacto do movimento fascista teve de facto, um peso decisivo sobre a estrutura doutrinária integralista que não se pode subestimar.

Dispositivo decisivo no global quadro ideológico do nacionalismo integral entre o Integralismo Lusitano e o Fascismo, era a apologia do sindicato de tipo corporativo, cujo paradigma era a união de patrões e de trabalhadores em sindicatos ou corporações que substituíam os conflitos por uma cooperação entre as classes. Este modelo era totalmente decalcado do corporativismo ou do sindicalismo de inspiração católica no conjunto de medidas que formavam a doutrina social da Igreja, como demonstra a encíclica *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII.

Os integralistas situavam no mesmo horizonte doutrinário, estabelecendo o paralelo das respectivas práticas políticas, o Fascismo e a Ditadura de Primo de Rivera, numa autêntica frente nacionalista, cujas linhas estratégicas (anti-liberalismo e anti-republicanismo) não encontravam enquadramento numa mais ampla interpretação teórica e na própria produção ideológica.

<sup>32</sup> Idem, *Ob.Cit.*, p.322.

O pensamento falangista<sup>33</sup> de José Primo de Rivera<sup>34</sup>, acentuava uma evidente afinidade e parece mesmo prolongar as premissas integralistas, para quem a nação espontânea ou nativa, explicada meramente à luz das especificidades étnicas, linguísticas, topográficas, climatológicas, constituía apenas e ainda a visão romântica da nação. Pelo contrário, o que no seu entender devia constituir o carácter da nação, era o facto de ser a sociedade política capaz de criar no Estado a sua máquina operante, alicerçada num substrato jurídico, como pressuposto da pluralidade orgânica dos indivíduos. «*Por mucho que fuera*

<sup>33</sup> A Falange Espanhola foi criada em Outubro de 1933 por José Antonio Primo de Rivera. Foi um movimento que se inspirou nas ideologias fascista e nazi. A organização, que nos primeiros anos veio a integrar outras pequenas formações políticas, condenava e lutava contra o comunismo, o socialismo, o republicanismo e o capitalismo. A Falange concorreu às eleições gerais de 1936, que levaram as forças políticas de esquerda ao Governo, o resultado foi frustrante - 0,7%, mas pouco tempo volvido, a Falange já registava 40 mil militantes. Desde o primeiro momento, em que os militares se insurgiram em África, contra a República, a Falange encontrou-se sempre ao seu lado, vindo a tornar-se o seu principal instrumento político, no decurso da guerra civil espanhola. Após a execução de José Antonio Primo de Rivera, em Alicante, a 20 de Novembro de 1936, a Falange ficou sem líder forte e, assim, ficou aberto o caminho para Franco ocupar esse lugar vazio. Isso veio a suceder em Abril de 1937. Depois, com alguma dificuldade, Franco teve de unir todos os movimentos conservadores do país, de que se destacou o movimento carlista, mas com pulso de ferro, que acabou por conseguir os seus intentos. Depois da unificação, o partido tomou a designação de Falange Espanhola Tradicionalista. Actualmente a Falange ainda existe em Espanha e continua a reivindicar o legado político do seu fundador, mas a sua implantação na sociedade e opinião pública é praticamente nula. Payne refere-nos que «*la generación de José Antonio irrumpe políticamente en el marco de entreguerras y, por lo tanto, en el marco del fascismo, «única gran ideología nueva del siglo XX», a la que, naturalmente, José Antonio no es ajeno en su búsqueda de la innovación, aunque él mismo se descalifique para su liderazgo*», Idem, *José Antonio Primo de Rivera*, Barcelona, Ediciones B, S.A., 2003, p. 55.

<sup>34</sup> V. Fotografia de José Antonio Primo de Rivera, em **Apêndice Documental**. José Antonio Primo de Rivera y Saenz de Heredia era filho do general Miguel Primo de Rivera y Orbaneja, marquês de Estella e chefe de um governo ditatorial que se manteve no poder entre 1923 e 1930. Após o derrube de seu pai, José Antonio passou a integrar, aos 27 anos de idade, a União Monárquica Nacional, seguindo as pisadas políticas do progenitor. Já na República ao lado de Juan Ruiz de Alda fundou o Movimento Sindicalista Espanhol, que seria a base da Falange. Depois do apoio conferido ao golpe de Estado do general Sanjurjo, José Antonio conseguiu, finalmente, no ano de 1933, ser eleito para as Cortes, pelo círculo de Cádiz. Foi deputado entre os anos de 1933 e 1935. Após ter unido a sua Falange com outras formações políticas, conseguiu tornar-se o verdadeiro líder de todo o movimento, que se inspirava no Fascismo e no Nazismo. Homem de personalidade forte, José Antonio acabou por incompatibilizar-se com outras das maiores figuras conservadoras espanholas, como Gil Robles e próprio Francisco Franco. Por isso, viu-se obrigado a concorrer sem apoios às eleições de 1936, nas quais obteve um resultado miserável que não lhe permitiu continuar no Parlamento. Excluído dos cargos públicos, José Antonio perdeu a imunidade e isso conduziu os seus adversários a prendê-lo, por envolvimento no golpe já mencionado. Na cadeia, Primo de Rivera continuou a conspirar e chegou mesmo a enviar cartas aos militares para que derrubassem o governo da Frente Popular. Depois de ter sido transferido para uma cadeia em Alicante, onde passou a ter ao seu lado o irmão Miguel, José Antonio manteve contactos com os militares que preparavam o levantamento. Uma nova revolta foi abortada e José Antonio pagou pelo seu posicionamento, o isolamento. De seguida, alguns amigos tentaram libertá-lo, mas foram mal sucedidos. A via diplomática para se alcançar a sua saída da cadeia também foi tentada, mas nunca de uma forma efectiva, pois José Antonio ganhara mais inimigos do que amigos entre os conservadores. Como era de esperar, o seu julgamento terminou com a condenação à morte. No dia 20 de Novembro de 1936, a sentença foi executada.

*profundamente nacionalista en términos generales, despreciaba lo que denominaba el «simple nacionalismo». En un importante discurso pronunciado el 17 de noviembre de 1935, en Madrid, insistió en que: «Nosotros no somos nacionalistas porque el nacionalismo es el individualismo de los pueblos». Asimismo repudiaba lo que llamaba el «nacionalismo romántico», sustentado en el racismo étnico, la lengua, la cultura y el folclore locales que, según él no eran sino aspectos físicos locales que limitaban y dividían y carecían de toda trascendencia. El nacionalismo vasco, sustentado en lo que consideraba características locales y posiblemente transitorias - ultracatólico en el campo religioso, ultraconservador en lo político, ultracapitalista en lo social, era «para mal de su pueblo y de España el menos inteligente de cuantos circulan».*

*Prefería el neologismo «españolidad» al antiguo «españolismo» que contenía connotaciones derechistas. La «españolidad» verdadera debía fundamentarse en principios más amplios, universales y eternos. «España necesita unir en una ambición común la variedad disgregadora de los pueblos [de la España imperial] se reunieron, hallaron en lo universal la justificación histórica de su propia existencia. Por eso, España, en conjunto, que una nación». «Una nación no es una lengua, ni una raza, ni un territorio. Es una unidad de destino en lo universal». «España, desde que existe es y será siempre un quehacer... España se justifica por una misión que cumplir». «Sin empresa no hay Patria».*

*Esta «empresa» eventualmente alcanzaba un nivel metafísico gracias a su universalmente amplia dimensión histórica y su duración, y porque se centraba en verdades y valores perdurables. En ese sentido José Antonio hablaría de lo que llamaba «la eterna metafísica de España». Aunque el sistema falangista debía ser revolucionario dentro de las formas de siglo XX, no podía ser del todo original, ya que debía recurrir a los principios perennes de la tradición española. Había que crear un proyecto palingénico para España, sustentado en verdades y valores tradicionales, combinado con nuevas instituciones y normas adecuadas al mundo moderno. Si bien sería, católico en un sentido ortodoxo, constituiría una doctrina moderna que no reviviría la España de la Inquisición. Sus intentos por explicar cómo combinar y expresar lo revolucionario y lo tradicional, resultaron siempre imprecisos y esquemáticos.*

*Para él era un axioma que España recuperaría la unidad y sentido de misión gracias a la dirección de una elite. El concepto ortegiano de la «España invertebrada» yacía en el núcleo del pensamiento de José Antonio, cuya meta consistía sencillamente en «vertebrar a España». Se requería una suerte de nueva elite autoritaria porque al país no había conseguido generar una eficaz elite histórica a semejanza de las de Inglaterra y Francia»<sup>35</sup>.*

*É só neste sentido restrito, do ressurgimento e consolidação dos nacionalismos, que se coloca no mesmo plano o Fascismo (uma teoria acerca da eficácia do Estado, uma estadolatria). Eis o paralelo que Stanley estabelece entre José Antonio Primo de Rivera e Mussolini, «entonces, qué significa el fascismo para José Antonio en octubre de 1933? Diríase que representaba un nacionalismo radical y autoritario con un programa de reformismo social radical, audaz y moderno en cuanto*

<sup>35</sup> PAYNE, G., *José Antonio Primo de Rivera*, Barcelona, Ediciones B, S.A, 2003, pp. 223 e 224.

a la cultura, pero, de alguna manera, en armonía con la tradición católica, y dispuesto a usar cualquier tipo de violencia que hiciera falta, si bien todo indica que hasta entonces no se había esforzado por calcular cuanta violencia se precisaría. Ésta fue la etapa en que más admiró a Mussolini, en que la foto autografiada que le diera el Duce colgó de pared de su despacho, justo debajo de la de su padre, y en que redactó el prólogo de un volumen de escritos de Mussolini que pronto se publicaría en España, titulado *El Fascismo*.

Tanto por su temperamento como por sus conceptos socio-culturales, existía un considerable abismo entre José Antonio y Mussolini. El Duce fascista fue, en sus inicios, un revolucionario socialista radical y nunca dejó de ser sumamente radical. Su deseo de poder era intenso, tanto como su deseo de mando, mientras que José Antonio no superó nunca cierta falta de confianza en sí mismo y se cuestionó seriamente si debía entrar en política. Mussolini no poseía una percepción informada de la cultura nacionalista italiana y le eran ajenas muchas de las tradiciones italianas. En cambio, José Antonio había leído a los principales pensadores tradicionalistas españoles y poseía una profunda percepción de la historia y la tradición españolas, con las cuales esperaba compatibilizar el fascismo español. Su percepción de la cultura tradicional era mucho más de una persona de la extrema derecha que la de un fascista revolucionario»<sup>36</sup>.

Na década de 30, os integralistas, sobretudo os da segunda geração, mostraram-se fascinados pelo ímpeto galvanizador e galopante da recente suástica, continuando a prestar atenção ao já enaltecido *fascio* italiano. Testemunha-o, por exemplo, a nota da revista *Integralismo Lusitano*, de Março de 1933, intitulada “Alemanha Nova”, onde se lê: «(...) Para se consolare, dizem agora os democratas da Europa, os últimos!, que foi demorada a ascensão do chefe - nazi ao Poder. Por fácil sentença, podemos aqui vaticinar que será muito mais demorada a descida...

Com ele subiu a esperança da regeneração política, económica e social de mais de sessenta milhões de almas.

Sem ele, quer dizer, sem o triunfo do espírito que Hitler tem procurado personificar, a Alemanha viria a cair na anarquia ou no cesarismo vermelho. Digam o que quiserem, em descrédito do governo alemão, as carpideiras judeo-maçónicas das agências telegráficas e da burguesia materialista: uma nova era política começou na Europa»<sup>37</sup>. Quanto ao Fascismo italiano, basta ler a nota intitulada “Itália Gloriosa”, onde se exalta a figura e a obra de Mussolini: «(...) Do mais desorganizado país da Europa fez-se em dez anos a primeira potência política, quer dizer, aquele agrupamento nacional mais robusto pela sua unidade e mais feliz pelo triunfo dos seus métodos. (...) O *Integralismo Lusitano*, saúda fervido corde, os triunfos dos irmãos latinos que a voz de Mussolini, a caminho do Capitólio»<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> PAYNE, G., *José Antonio Primo de Rivera*, Barcelona, Ediciones B, S.A, 2003, pp. 177 e 178.

<sup>37</sup> “Alemanha Nova”, *Integralismo Lusitano*, vol. I, fasc. XII, Março de 1933, p. 725. Hitler era visto como um instrumento de unidade e continuidade da confederação alemã, que embora não sendo um rei, evitara que a Alemanha derrapasse para o comunismo e restabelecera a autoridade do Estado e a ordem pública.

<sup>38</sup> “Itália Gloriosa”, *Integralismo Lusitano*, vol. II, fasc. IV, Julho de 1933, p. 242. Este artigo aludiu às manobras da força aérea italiana realizadas no Tejo, sob o comando do ministro da aviação Balbo. A força aérea rumaria até aos Estados Unidos da América.

É evidente que a parte da direita radical que se deixou fascizar (sobretudo os jovens do pós-guerra, que seriam a grande massa dos futuros nacionais--sindicalistas), era-lhes natural, para a época de efervescência dos nacionalismos, ver em Mussolini e em Hitler os modelos mais acabados para a «Revolução Nacional», que queriam continuar e perpetuar.

Sem dúvida que os integralistas, sobretudo os da segunda geração, se mostravam seduzidos e até aderiram com algum fervor e sentido de oportunidade ao fascismo que, por terras italianas, carismava um poder fortemente pessoalizado e autoritário. Assim, os integralistas glosavam temas como «*Ordem*», «*Resgate*» e «*Monarquia Orgânica*».

Mas, ao estabelecer as aproximações com o Fascismo, e posteriormente com o Nazismo, importa registar o distanciamento que o próprio Integralismo Lusitano marcou face à ascensão totalitária, quer face à evolução e à precipitação histórica na Itália e na Alemanha, quer face aos pressupostos da fundamentação doutrinária. Liminarmente, o Integralismo Lusitano afasta-se do Fascismo, pela simples razão de este último ser um cesarismo de cariz pagão.

O Integralismo ainda se afasta do Fascismo ao supor a restauração de uma ordem tradicional de tipo conservador, no quadro da qual as elites tradicionais reassumiriam o seu *status* de prestígio e de hegemonia.

Embora o Fascismo seja estruturalmente nacionalista, assente numa estrutura residual tradicionalista, rompe com a fórmula integralista, que retoma um conceito de nação, *civitas* ou pátria, lida como a mais alta unidade social providencialmente integrada, o que afastava o culto cego da nação. O Fascismo, pelo contrário, ao exaltar a nação falava das glórias do passado, das realizações do presente e da grandeza do futuro. O nacionalismo fascista conduzia frequentemente a um culto materialista e cego da nação, marcado pelo racismo (quando a nação é identificada com uma raça considerada superior) e pelo imperialismo (à nação atribui-se direitos de conquista sobre os povos considerados inferiores): pangermanismo<sup>39</sup> e pelo carácter imperialista da política externa italiana.

Enquanto que o titular do Estado integralista era um rei com autoridade legítima e institucional, que governava mas não administrava, o titular do Estado fascista era cesarista, a quem se devia obediência cega.

Os integralistas nunca foram grandes adeptos da violência, embora contestassem a presumível passividade que advinha do 5 de Outubro de 1910. Os fascistas fomentavam o culto da violência e da força, que se traduzia na importância dada ao exercício físico e ao treino militar, às paradas e aos desfiles, às acções intimidatórias contra todos os que eram considerados seus opositores.

A virtude ditatorial, sem a reposição da estrutura monárquica, cairia no desconforto e na mera precaridade. Seria uma monarquia inorgânica e sem duração temporal. A essência do nacionalismo integralista só se poderia compatibilizar com a tradição da nação lusa, marcada inequivocamente pelo

<sup>39</sup> Lembremo-nos do conceito de Espaço Vital tão caro à ideologia nazi.

catolicismo e pelo pensamento antiliberal. Por outro lado, o reconhecido carácter agnóstico do estado nazi obstaculizava um *interface* doutrinário. O paganismo pangermanista, inorgânico, não estabelecido no âmbito de uma monarquia tradicionalista, suplantava a derrota do demoliberalismo e do socialismo, mas a alteridade integralista era demasiado óbvia.

Os dirigentes integralistas desconfiavam das massas e do populismo e não cederam nos anos 20, em termos organizativos, às pressões fascizantes de alguns sectores mais jovens.

O Fascismo, enquanto ideologia e programa político, penetrou rapidamente nas elites anti-republicanas dos anos 20. Simultaneamente, constata-se que a pujança ideológica do Integralismo Lusitano e a sua capacidade em penetrar nas elites condicionaram o próprio desenvolvimento e penetração do Fascismo em Portugal. Os movimentos fascistas que se criaram em Portugal nos anos 20 tiveram uma dimensão diminuta, particularmente os que tinham origem republicana, como foi o caso do Nacionalismo Lusitano, criado em 1923. A presença de movimentos e de ideologias reaccionárias ligadas ao tradicionalismo monárquico não foram um terreno fértil para o seu desenvolvimento no campo dos movimentos políticos, no cenário de crise da Iª República.

## 2.1 O apelo integralista do pós-guerra à união de uma liga panlatina

### O fascínio pelas soluções de pendor autoritário-fascistas

Dados estes novos alentos que conferiam, no mínimo, uma aparência de crescimento, de influência política e de um novo recrudescimento da esperança monárquica, o Integralismo Lusitano chegou a propor, através de um documento emanado pela sua Junta Central, em 1 de Setembro de 1921, a união dos povos latinos no combate a travar contra o demoliberalismo republicano, a maçonaria, o internacionalismo e o cosmopolitismo.

Estes intentos ambicionados seriam conseguidos através do ressurgimento da glória romana, da implantação da monarquia tradicionalista, orgânica e corporativa: «o *Integralismo Lusitano* que no nosso país representa, em teoria e com efeito, o *nacionalismo integral português*, estima que a hora histórica veio exprimir o desejo que um esforço comum seja tentado pelas nações herdeiras de Roma para restaurar, ao mesmo tempo que a ordem romana, monárquica e católica, o antigo esplendor da inteligência latina. (...) Este triste privilégio (as consequências derivadas do aniquilamento das velhas instituições históricas portuguesas, operadas pelo demoliberalismo republicano) dá uma significação e uma autoridade particulares ao nosso apelo tradicionalista e nós queremos esperar que será entendido e cumprido por todos os povos que, apesar de tantas amarguras, têm ainda fé nos seus destinos nacionais»<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> EAM, “Integralismo Lusitano/Pour l’ordre traditionnel latin”, Junta Central do Integralismo Lusitano, Lisboa - Rua Serpa Pinto 38, 3º, 1 de Setembro de 1921. Documento traduzido em português do original francês.

A sugestão da Junta Central legitimar-se-ia pelo glorioso passado lusitano: «Portugal cuja epopeia famosa das navegações e das conquistas - esta cruzada de cinco séculos para o brilho da civilização ocidental - é o melhor título de glória, actualmente súbito, mais que nenhuma outra das suas irmãs latinas...»<sup>41</sup>.

Para a conservação do apelo aos povos latinos, a Junta Central, assemelhando-se à fórmula do *Enquête sur la Monarchie* de Charles Maurras, elaborou um inquérito destinado aos líderes dos grupos reaccionários dos países latinos dispersos pela Europa e pela América. Através de sucessivas questões, a Junta Central demonstrava a necessidade imperiosa de proceder à renovação total da sociedade.

As questões visavam realçar a reconstrução nacionalista, monárquica tradicionalista da Europa, sob a égide do panlatinismo europeu e americano e combater, obviamente, os arqui-inimigos dos meios reaccionários: maçonaria, socialismo, comunismo, capitalismo, repúblicas demoliberaes e democráticas e o cosmopolitismo: «1.º - A ideia política que se traduz por estas palavras Nacionalismo Integral, isto é a Monarquia orgânica, tradicionalista, antiparlamentar e descentralizada é ela, sim ou não, a única superação de um perfeito nacionalismo?

4.º - Os princípios do Internacionalismo Socialista que pretendem negar a função eterna e essencial do organismo da nação, devem eles, sim ou não, ser considerados como contrários aos interesses da civilização?

6.º - O Nacionalismo Integral deve, sim ou não, reconhecer a Igreja Católica como o mais alto poder internacional e o único coordenador possível dos diferentes nacionalismos, por vezes divergentes?

7.º - Deve-se, sim ou não, condenar, ao mesmo tempo, a acção nefasta da internacional maçónica?

8.º - Haverá vantagem, na luta contra as democracias estrangeiras, a que as organizações nacionalistas de todos os países latinos se unissem numa forte aliança de apoio e de solidariedade mútua?»<sup>42</sup>.

Acerca da ideia de união das forças nacionalistas latinas contra as democracias, restavam dúvidas sobre a sua orgânica: «a) Por um órgão central que mantém unidas, através de uma correspondência regular, todas as organizações nacionalistas?

b) Por um acordo jornalístico? Por uma agência comum de informações? Por uma revista internacional panlatina?

c) Pela convocação de Congresso e a nomeação de missões de embaixadores políticos?»<sup>43</sup>. Para efectivar este propósito, Alberto de Monsaraz parece encaminhar-se para a constituição de uma agência comum de informações, referindo o seguinte a

<sup>41</sup> EAM, "Integralismo Lusitano/Pour l'ordre traditionnel latin", Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.

<sup>42</sup> EAM, "Integralismo Lusitano/Pour l'ordre traditionnel latin", Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.

<sup>43</sup> EAM, "Integralismo Lusitano/Pour l'ordre traditionnel latin", Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.



António Sardinha, então director da *Nação Portuguesa*: «ainda não pude escrever para a *Nação Portuguesa*, atarefado como ando, com a constituição da nova sociedade *FAST* e criação dos diversos departamentos, alguns dos quais te hão-de certamente interessar.

*Havemos de pensar numa federação de livrarias e muito poderás, por certo, auxiliar-nos em Madrid*»<sup>44</sup>. Alberto de Monsaraz chegaria, em Outubro de 1922, a despendar mil e duzentos e cinquenta francos na compra de dez acções da Fast, no valor de cinquenta francos cada uma relativo ao pagamento do primeiro quarto das acções<sup>45</sup>.

A agência Fast<sup>46</sup> situar-se-ia em Paris, inicialmente na Rue des Mathurins, 23 e posteriormente, na Rue Royale, 13. Da agência estava dependente o *Comoedia/ Journal Quotidien Illustré/ La Vie Artistique et Intellectuelle- Etrangère*. Os seus directores eram: o português Francisco Homem Cristo Filho<sup>47</sup> e o espanhol Garcia-Calderon. Monsaraz comunicava a Sardinha acerca da divulgação da obra poética neste jornal: «os teus sonetos são admiráveis, dos mais belos que tens feito. Destaco a *Madre Hispânia*, que prefiro a todos os outros.

*Não quis escrever-te sem te mandar o número de Comoedia o grande jornal literário e artístico de Paris, onde anunciei o aparecimento do teu livro na página semanal que o Homem Cristo dirige, em colaboração com o escritor Garcia-Calderon*<sup>48</sup>. *Tive muito gosto em poder falar nos teus sonetos e não o fiz latamente, porque o Homem Cristo Filho, sendo português, não deseja, no primeiro número da página, falar demasiado nos escritores seus compatriotas, e eu não quis esperar mais tempo para dar a notícia sobre o teu livro*»<sup>49</sup>.

É pertinente fazer um breve parêntesis e escrever algumas notas sobre Homem Cristo Filho<sup>50</sup>, uma vez que este autor atravessou todo o período da 1ª República com algumas iniciativas de âmbito jornalístico que coincidiram com períodos ditatoriais (1915, 1918 e 1926). Nessas suas publicações atacava com vigor as instituições republicanas. Simultaneamente, apresentava um sentimento monárquico-nacionalista, mesclado dum ideário cesarista que camuflava já um carácter embrionário fascista.

<sup>44</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 102, Paris, 28 de Novembro de 1922.

<sup>45</sup> EAM, “Recibo de compra das acções da Fast” por Alberto de Monsaraz.V. em **Apêndice Documental**.

<sup>46</sup> EAM, “Título Primeiro” dos “Estatutos” da Agência Fast. V. em **Apêndice Documental**.

<sup>47</sup> Homem Cristo Filho, refugiado novamente em Paris, foi aí nomeado por Sidónio Pais director dos serviços de informação de Portugal nos países amigos e aliados, apoiando o sidonismo pela agência noticiosa *Chez Fast*, que dirigia na capital francesa. Homem Cristo Filho considerado por vários autores como o primeiro grande e sistemático fascista português. V. fotografia de Homem Cristo Filho em **Apêndice Documental**

<sup>48</sup> No seu segundo exílio em Paris, Monsaraz colaborou no *Comoedia/ Journal Quotidien Illustré/ La Vie Artistique et Intellectuelle*, grande jornal literário e artístico parisiense, dirigido por Homem Cristo Filho juntamente com Garcia Calderon.

<sup>49</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 103, Chez Fast - Paris, 13 de Fevereiro de 1923.

<sup>50</sup> EAM, Fotografia do seu túmulo em Roma, datada de Junho de 1934, ver em **Apêndice Documental**.

Fundou e dirigiu por algum tempo a *Ideia Nacional* (1915-1916) com a colaboração de importantes ideólogos integralistas, como Alberto de Monsaraz, António Sardinha, João do Amaral. Aquele periódico, de inspiração italiana, foi paradigmático do que representaria um pensamento utraconservador, germanófilo (pelo tom imprimido por Alfredo Pimenta, um dos mais importantes colaboradores), colonial-expansionista e de afrontamento à República demoliberal portuguesa. Alberto de Monsaraz foi amigo de Homem Cristo Filho, financiador e colaborador intenso do projecto da *Ideia Nacional*.

Voltando ao trilho da Agência Fast, acrescenta-se, ainda, a criação em Paris de um gabinete de Assuntos Internacionais para a América do Sul e para os Países de Língua Latina.

O “FAST JURIDIC AND SOUTH AMERICAN OFFICE”<sup>51</sup> superintendia os assuntos jurídicos, comerciais, financeiro e imobiliário, sendo seu intuito primacial facilitar as relações de negócios entre a França, Bélgica, Itália, Espanha, Portugal, Brasil, Argentina e as Repúblicas americanas do Sul e do Centro.

O “Office” tendia a fazer face às necessidades prementes e foi pensado no intuito de facilitar a vida de todos os franceses que tivessem relações comerciais com os países supra-enumerados e vice-versa.

A Junta Central do Integralismo Lusitano parecia querer dar o primeiro passo na vanguarda da tão desejada união das forças nacionalistas latinas, ao anunciar unilateralmente uma futura reunião a ser realizada em Paris de Charles Maurras e da sua *Action Française* ou em Roma do meteórico Mussolini. Seria um Congresso político reaccionário o primeiro evento concreto que deveria conduzir, segundo a Junta Central, ao «*triunfo das verdades que nós defendemos, para a vida e saúde da nossa Raça e de nossas Pátrias*»<sup>52</sup>.

Num comunicado da Junta Central Integralista de 6 de Janeiro de 1923, o Integralismo Lusitano, nunca abandonando a sua ânsia em resolver o pretenso problema político luso, que passaria pela implantação da «*Monarquia dos municípios e das corporações da Inteligência e do Trabalho*», mostrava-se fascinado pelo combate empreendido pela *Action Française* de Maurras, de Daudet e pelo Fascismo de Mussolini contra o «*Liberalismo*» e a «*Democracia*». «*(...) esgotados até ao último os meios dum aproximação honesta e leal onde, pondo de parte todos os pessoalismos inúteis e nefastos, se atendessem, porém, à dignidade do nosso pensamento político e às necessidades do interesse nacional; - e a retomar resolutamente o caminho da acção que nos levará ao resgate. A tremenda responsabilidade da hora que passa sobre os destinos da nacionalidade não arrefece em nada o fervor do nosso nacionalismo. Por toda a parte, no mundo latino, alvorece já o triunfo das verdades eternas. Hora do Rei! Hora da Autoridade! Hora da Reacção! O Liberalismo faliu. A Democracia faliu! Não deixemos nós diminuir a glória da nossa bandeira, abatendo-a ou enrolando-a perante*

<sup>51</sup> EAM, Organograma “FAST JURIDIC EUROPEAN AND SOUTH AMERICAN OFFICE”. V. este Documento em **Apêndice Documental**.

<sup>52</sup> EAM, “Integralismo Lusitano/Pour l’ordre traditionnel latin”, Junta Central do Integralismo Lusitano, 1 de Setembro de 1921.

*compromissos sem dignidade com o constitucionalismo falido e obsoleto, precisamente quando os nossos irmãos na Ideia - Fascismo e Action Française - mais combatem e melhor vencem. Acção! Acção! Acção! As suas virtudes nos redimirão da vergonha em que a nação se despenha»<sup>53</sup>.*

Hipólito Raposo confirmaria, na sua obra *Dois Nacionalismos: L' Action Française e o Integralismo Lusitano*, a pretensão do Integralismo Lusitano em propor à *Action Française* a realização de um Congresso Internacional de organizações congêneres para debater a criação de uma liga internacional latina contra as «*influências maçónicas*» e a «*escravidão democrática*». Além disso, Hipólito Raposo adianta que tal pretensão foi mal recebida por Maurras, sempre numa postura chauvinista e de desconfiança face a qualquer internacionalismo: «*Ao Nacionalismo Francês, demasiadamente preocupado consigo mesmo, não mereceu esse documento outro interesse que não fossem as boas palavras de Maurras ao nosso amigo que lho entregou*»<sup>54</sup>.

### 3. Um novo e vibrante apelo à união da liga panlatina:

#### **Homem Cristo Filho e o projecto do 1.º “Congresso das Nações do Ocidente”**

Os anos 20 decidiram o rumo político de Homem Cristo Filho: o Fascismo. Cristo Filho, com uma formação francesa, orientou-a depois numa adesão e admiração incondicionais pelo fascismo de Mussolini. Esta adesão tinha a ver com a experiência mussolinésca extravasar para além das fronteiras italianas e entusiasmar as elites antidemocráticas dos países europeus ocidentais. Em 1923, Monsaraz comentava com António Sardinha o desígnio que mobilizava Homem Cristo Filho, a união internacionalizada das forças nacionalistas latinas: «*(...) Aguardo, porém, a volta de Roma do Homem Cristo Filho, que vai conferenciar com ele (Mussolini) acerca da criação da “Federação Transnacional Pan-Latina” e colher elementos para um livro sobre o fascismo*». Homem Cristo Filho desejava, no seu íntimo, conhecer pessoalmente o ídolo, tendo estado «*...quarenta quilómetros de Roma. Era uma hora da tarde. Às três, Mussolini devia recebê-lo para a entrevista decisiva*»<sup>55</sup>.

As suas ligações aos meios culturais da extrema-direita parisiense, através da agência noticiosa e editora *Chez Fast*, propiciaram a publicação em 1923 do seu conhecido *Mussolini Bâtisseur d' Avenir/ Harangue aux foules latines ou Mussolini Arquitecto do Futuro/ Mensagem aos povos latinos*, um panegírico a Mussolini e ao

<sup>53</sup> EAM, “Comunicado da Junta Central do Integralismo Lusitano”, Lisboa, 6 de Janeiro de 1923. V. este Documento em **Apêndice Documental**.

<sup>54</sup> Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos: L' Action Française e o Integralismo Lusitano. Conferência feita na Liga Naval Portuguesa, em 23 de Março de 1925*, Lisboa, Livraria Ferin, 1929, p. 143.

<sup>55</sup> EAS (Espólio António Sardinha), Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 104, Paris, 15 de Fevereiro de 1923.

fascismo. Monsaraz comentava aquele livro com Sardinha: «*O Homem Cristo parte amanhã para Roma, onde vai colher elementos para um livro sobre o fascismo, que a casa Fleuminou lhe encomendou. Terá o título: "Mussolini - Bâtitseur d'Avenir - Harangue aux Foules Latines"*»<sup>56</sup>.

É curioso que este jornalista monárquico ferozmente nacionalista, sublinhasse a convergência do Nacionalismo e do Fascismo, e que, por outro lado, referisse que o Nacionalismo originara a teoria do sindicalismo nacional, tendo-se já essas duas doutrinas fundindo nesse mesmo ano de 1923.

Daí que Homem Cristo Filho e Rolão Preto apresentassem pontos de contacto, tendo ambos ficado fascinados com o apelo expansionista de Mussolini. No contacto pessoal havia uma convergência, ambos possuíam um amigo em comum, Alberto de Monsaraz.

O Fascismo, no fundo, era como se fosse um tronco de dois ramos: internamente uma ideologia de apelo à trilogia Nação/Passado/Tradição, e externamente tendia a expandir-se num desejo de dominação de outros povos. Fascismo, no pensamento de Cristo Filho, era essencialmente de cariz nacionalista e tradicionalista, mas na realidade tornara-se num grande movimento internacional, de supremacia rática (raça latina), uma estadolatria de expansão ideológica e territorial. Deste modo, Cristo Filho ganhou, finalmente, a percepção de considerar Mussolini como o chefe ideal e incontestável.

Foi, assim, que Homem Cristo Filho simbolizaria, nos anos 20, um precoce e intelectual internacionalismo fascista, que foi, no entanto, um percurso singular e marginal em Portugal. Era um apologista do Fascismo nos diversos meios latinos e, por isso, os seus projectos consistiram em confederações de povos latinos, libertadores da humanidade, nesse fluxo que rivalizava a raça latina com a ariana. Paralelamente, surgiu a ideia dum "Congresso das Nações do Ocidente", patrocinado por Mussolini, com os apoios de Primo de Rivera e D' Annunzio: «*Alto-Comissário do Congresso das Nações do Ocidente, esse português de lei internacionalizado sem se desnacionalizar e de quem poderia dizer-se que era um caixeiro-viajante de patriotismo, reunia, num facho ardente, alguns dos mais ilustres nomes, dos nomes porta-bandeira do mundo latino. E ostentando, com ferverosa galhardia, esse troféu de personalidades, um Pierre Nothombe, um François Coty, ia abalançar-se à realização do grande sonho: - reconstituir, espiritual e moralmente, o império romano. Lusitano, transplantado para a Gália, amigo da Ibéria, apaixonado pela terra italiana, quem melhor do que ele poderia atravessar o Atlântico e ir pregar a boa nova aos povos americanos, esses latinos do hemisfério austral, filhos longínquos da nossa civilização comum.*

*E já antevia o cortejo de toda a mocidade latina, de aquém e além-oceano, a desfilar, de braço erguido, aos pés do Capitólio, saudando, nele e no Duce, em pleno crepúsculo ocidentalista, o milagre dessa ressurreição.*

*Não quis o Destino, arquitecto da História, que surgisse outra vez no friso gasto da*

<sup>56</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, Carta n.º 105, Paris, 3 de Março de 1923.

*Civilização, o mesmo motivo ornamental*»<sup>57</sup>.

Quando morreu, em 1928, Homem Cristo deixou por concluir um projecto de extensão do fascismo à Europa latina. No entanto, destacou-se, como refere João Medina, por ser «...o primeiro autêntico e indiscutível fascista luso»<sup>58</sup> e obteve projecção internacional junto das altas hierarquias fascistas italianas, dos meios ultranacionalistas espanhóis, franceses e portugueses.

Este “Congresso das Nações do Ocidente” intentaria apelar para a pan-latinidade, herdeira do legado e do prestígio que o Império Romano alcançara mundialmente: «(...) *Il nous souffrira d’accomplir tous ensemble un effort de volonté, pour restituer au monde, sous la forme d’une association internationale, l’Empire Romain, le splendide et dominateur Empire, dont, aujourd’hui encore, toutes les parties sont intactes.*

*Ce territoire gigantesque, l’œuvre de colonisation la plus vaste qu’aient jamais accompli les hommes, nous pouvons en resouder les fragments et reconstituer l’énorme bloc initial. (...) Pour que ce vieux rêve restauré cesse d’être une vision inconsistante, il ne faut entre l’Italie, la France, la Belgique, l’Espagne, le Portugal et la Roumanie, que le passage rapide et brillant d’une volonté conductrice, pareille à l’aiguille qui sont solidement les différentes pièces d’une parure, pareille à l’état qui rassemble et rive toutes les pièces d’une cuirasse*»<sup>59</sup>.

Para que a unificação latina reavivasse o esplendor do Império Romano, havia que resolver litígios bilaterais existentes entre Estados Latinas, aglutinar as forças produtivas e do capital latinos e operar a necessária mudança do sistema político para fazer face à concorrência exterior. «*Réglons le litige hispano-lusitanien, réglons la contestation italo-française et que nos plénipotentiaires choisis parmi les marchands, les industriels, les manufacturiers, les armateurs, les agriculteurs, les banquiers, parmi ceux qui font de l’argent et non ceux qui le regardent faire, que ces délégués se racontent loin des parlementaires et se consultent sur les moyens d’associer la production de l’Italie, de la France, de la Belgique, de la Roumanie, de l’Espagne, du Portugal, de l’Amérique et de l’Afrique latines. Alors et alors seulement nous aurons réalisé une œuvre immense et assuré la suprématie et l’avenir de l’Occident. Non, ce n’est pas impossible ! Il existe moins d’abîmes entre la lire, le franc, la peseta, le (?...) e l’escudo qu’entre la la libre, le dollar, le mark et le rouble*»<sup>60</sup>.

Para financiar a tão almejada panlatinidade, o projecto passaria pela criação de uma Liga do Ocidente, que contaria com um grande Banco e com a interligação das vias ferroviária, marítima, dos entrepostos, que sem perderem a

<sup>57</sup> Alberto de Monsaraz, “Homem Cristo (Filho)”, in *Revolução*, Ano II, Nº 379, 12 de Junho de 1933, p. 1.

<sup>58</sup> João Medina, *Os Primeiros Fascistas Portugueses. Subsídios para a sua História dos primeiros Movimentos Fascistas em Portugal anteriores ao Nacional-Sindicalismo. Estudo Antológico*, Separata de Vértice, Coimbra, 1978, p. 16.

<sup>59</sup> EAM, «Congrès des Nations d’Occident », Rome, 21-30 Avril 1929. *Rapport du Haut Commissaire Général à son Excellence le Général Primo de Rivera, Marquis d’Estella, Président du Conseil des Ministres d’Espagne*, p. 4.

<sup>60</sup> EAM, «Congrès des Nations d’Occident », Rome, 21-30 Avril 1929. *Rapport du Haut Commissaire Général à son Excellence le Général Primo de Rivera, Marquis d’Estella, Président du Conseil des Ministres d’Espagne*, p. 5.

sua autonomia administrativa nacional, cooperariam para a afirmação económica da latinidade na vida europeia. «*Toute l'activité occidentale sera entraînés (?) vers la superproduction commune. Et ce sera, en somme, une autre Société des Nations, non pas une coûteuse et vaine bureaucratie comme celle de Genève, mais plutôt une forte organisation de travail pacifique et productif*»<sup>61</sup>.

Para operacionalizar-se esta espécie de zona comum latina e da latinidade, composta pelas nações ocidentais, França, Bélgica, Espanha e Portugal, sustentar-se-ia um triângulo que passaria por Paris, Lisboa e Roma. O circuito que iria de Paris a Roma seria dirigido economicamente por Marselha e pelos portos italianos e, ainda, superintendia o comércio com o Oriente, a África e o Extremo-Oriente. Numa linha diagonal, que atravessaria Espanha e Lisboa, dominar-se-ia o comércio com o Brasil e com toda a América do Sul. Lisboa, obviamente, representaria um papel relevantíssimo no intercâmbio e comércio com o Brasil devido à sua situação geográfica e, também, por ter sido sede e continuar então a ser o centro de um Império baseado em termos económicos no Atlântico Sul. Assim, ao bloco inicial das «nações do Ocidente» juntar-se-ia o Brasil, a Argentina, o México e demais países latino-americanos.

#### O Projecto do “Congresso das Nações do Ocidente”: o convite ao general Primo de Rivera<sup>62</sup>

O “Congresso das Nações do Ocidente”<sup>63</sup> empreenderia a iniciativa de um grupo de políticos, de escritores, de economistas, de empresários, de financeiros oriundos de diversos países europeus de língua latina e da América Latina, que teria lugar entre 21 e 30 de Abril de 1929. O Alto-Comissariado Geral justificava a realização desse evento em Roma, do seguinte modo: «*ROME a été choisie parce que ROME est la source de toute notre civilisation, de la civilisation française, comme de la civilisation hispanique, comme de la civilisation lusitanienne, qui, toutes les trois, jouent, dans l'histoire du monde moderne, un rôle immortel. Il convenait que le premier Congrès des Nations d'Occident eut lieu dans la ville même qui est à la fois la capitale de la chrétienté et le berceau de la culture latine*»<sup>64</sup>.

De forma a legitimar as pretensões do Congresso, o Alto Comissariado Geral angariara os apoios do Vaticano e de Mussolini. Mussolini aceitou prontamente e acabou por liderar a participação italiana no evento. «*Le signataire, Haut-Commissaire général de ce Congrès, se préoccupe, avant toute autre chose, d'obtenir l'assentiment, l'approbation, l'appui du Souverain Pontife qui eut la bonté de le recevoir le 30 Septembre*

<sup>61</sup> EAM, «Congrès des Nations d'Occident », Rome, 21-30 Avril 1929. *Rapport du Haut Commissaire Général à son Excellence le Général Primo de Rivera, Marquis d'Estella, Président du Conseil des Ministres d'Espagne*, p. 6.

<sup>62</sup> V. Fotografia do general Miguel Primo de Rivera em **Apêndice Documental**.

<sup>63</sup> EAM, «Congrès des Nations d'Occident », Rome, 21-30 Avril 1929. *Rapport du Haut Commissaire Général à son Excellence le Général Primo de Rivera, Marquis d'Estella, Président du Conseil des Ministres d'Espagne*. V. em **Apêndice Documental**.

<sup>64</sup> EAM, «Congrès des Nations d'Occident », Rome, 21-30 Avril 1929, p. 8.

*dernier, du Secrétaire d'Etat au Vatican, le Cardinal GASPARI, avec qui il eut un long entretien le 28 Septembre et de S. Exc., le Président MUSSOLINI, Chef du Gouvernement italien, de qui les Congressistes seront les hôtes. Le Gouvernement royal prit toutes les dispositions afin que le premier Congrès des Nations d'Occident pût s'effectuer dans les conditions les plus avantageuses, les plus éclatantes, les plus efficaces.*

*Le Président MUSSOLINI prit lui-même en mains l'organisation de la participation italienne au Congrès et résolut rapidement tous les problèmes concernant la réception des congressistes et de leur voyage à travers l'Italie, voyage qui comprend la visite de Naples, Gênes, Florence et Milan»<sup>65</sup>.*

O Congresso acabaria por estender o mesmo convite que fizera a Mussolini ao líder espanhol, o general Primo de Rivera<sup>66</sup>. *«Le Haut-Commissaire général estima, estime, d'accord avec le Président MUSSOLINI que la haute personnalité de Votre Excellence, sa noble et prestigieuse action nationale et son orientation en ce qui concerne la politique extérieure de l'Espagne, le rapprochement de plus en plus accentué de la grande nation ibérique avec le Portugal, les Républiques de race espagnole de l'Amérique du Sud et l'Italie, lui dictaient l'agréable devoir de solliciter de Votre Excellence Son conseil éclairé et Sa haute protection dans le choix du haut-commissaire pour l'Espagne et dans l'organisation de la délégation espagnole»<sup>67</sup>.*

O relatório do Alto-Comissário Geral do “Congresso das Nações do Ocidente” endereçado ao general Primo de Rivera reflecte e dirige-se basicamente ao mundo do trabalho/da máquina, do operariado, do funcionalismo urbano, dos negócios e, portanto, urgia agir e solucionar a questão social suscitada pelo Capitalismo Liberal. *«Les peuples d'Occident n'ont pas le droit de se reposer sur leurs anciens prestiges. Les lauriers desséchés, les couronnes fanées ne sont pas que des simulacres dérisoires, seuls comptent les lauriers verdoyants. (...) Il nous faut apprendre à bâtir autant de manufactures que de palais, à instruire autant de négociants que d'artistes. (...) Agir, agir, voilà ce que doit être toute notre politique, notre seule politique désormais. (...) Cherchons des hommes nouveaux et des méthodes nouvelles»<sup>68</sup>.*

Acrescida à questão social, juntava-se a questão política, isto é, irradiar completamente da cena política os políticos considerados passivos, herdeiros do “velho e gasto” Demoliberalismo, onde o Capitalismo e a Plutocracia reinavam. *«Nous avons la conviction profonde que notre civilisation est menacée de péril si le principe d'autorité et de responsabilité se stérilise et s'étiole. Nous répétons et répétons sans relâche que les peuples d'Occident échappant de plus en plus à la forte discipline sans quoi l'État n'est plus qu'une expression vide de sens, accueillent trop volontiers les*

<sup>65</sup> EAM, «Congrès des Nations d'Occident », Rome, 21-30 Avril 1929, p. 8

<sup>66</sup> Lembremo-nos que a 28 de Dezembro de 1929, confrontado com a crescente oposição de diversos sectores da sociedade espanhola e por sugestão do rei Afonso XIII, receoso de que a crise do regime autoritário e ditatorial acarretasse o próprio derrube da Monarquia, apresentou a demissão o general Primo de Rivera. O general Dámaso Berenger foi encarregado de formar um novo governo ditatorial, uma vez que mais dependente, em exclusivo, da confiança política do rei.

<sup>67</sup> EAM, «Congrès des Nations d'Occident », Rome, 21-30 Avril 1929, p. 8

<sup>68</sup> EAM, *Rapport du Haut Commissaire Général à son Excellence le Général Primo de Rivera, Marquis d'Estella, Président du Conseil des Ministres d'Espagne*, p. 1.

*ferments de désagrégation*»<sup>69</sup>.

A questão social ligada ao mundo laboral apresentava-se nesta época de acrescida e gritante importância, no fundo tratava-se de um combate ideológico e propagandístico entre as forças de direita radical/fascistas e as forças bolcheviques/comunistas no domínio do operariado e do meio sindical. «*Il en a été ainsi du communisme, dans lequel les peuples épris de liberté ont cru discerner une forme plus hardie, imprévue, originale, d'indépendance, et un intéressant principe de Gouvernement.*

*On peut dire que les Soviets, à leur origine, rencontrèrent dans le monde des partisans théoriques beaucoup plus nombreux que ne l'étaient leurs détracteurs. Cette atmosphère de confiance platonique et de sécurité bienveillante, fut extrêmement favorable au développement de la fatale évolution Russe. Et lorsqu'on s'aperçut que les Soviets n'avaient fait que substituer au déplorable état social du tzarisme, un état social infiniment pire, il était trop tard pour anéantir cette nichée de serpents. (...) Les nations d'Occident n'ont pas su prendre à temps les mesures prophylactiques nécessaires pour empêcher la propagation du virus*»<sup>70</sup>.

Relativamente à organização do Congresso passo a enumerar as principais personalidades responsáveis pelas delegações dos respectivos países:

- **França**, a organização da participação francesa era assegurada por François Coty, Director do *Figaro*, alto-comissário para a França, coadjuvado pelo marechal Lyautey, comissário da Secção Colonial, por Paul Bourget, comissário da Secção Literária e por Eugène Mathon, Comissário da Secção Económica;
- **Bélgica**, a organização da participação belga era assegurada por Pierre Nothombe, presidente do Comité de Política Nacional, uma das figuras mais eminentes do partido católico belga, alto-comissário para a Bélgica, apoiado por Henri Carton de Wiaft, antigo presidente do Conselho de Ministros, comissário da Secção Pedagógica e Catier, eminente financeiro belga colonial, Comissário da Secção colonial;
- **Portugal**, a sua organização era garantida pelo professor Costa Lobo, presidente do Instituto de Coimbra, alto-comissário para Portugal, assessorado pelo Professor Nobre de Melo da Universidade de Lisboa, antigo ministro da Justiça, dos Negócios Estrangeiros, comissário da Secção Jurídica e por Alberto de Monsaraz, 2.º conde de Monsaraz, poeta e jornalista e comissário da Secção Literária;
- **Espanha**, ainda não tinha indicado ao Congresso o nome do seu alto-comissário, que fosse capaz de «*assegurar à representação da grande nação a qual Vossa Excelência (general Primo de Rivera) preside, o papel particularmente brilhante que lhe deva convir*»<sup>71</sup>.

<sup>69</sup> EAM, *Rapport du Haut Commissaire Général à son Excellence le Général Primo de Rivera, Marquis d'Estella, Président du Conseil des Ministres d'Espagne*, pp. 2 e 3.

<sup>70</sup> EAM, *Rapport du Haut Commissaire Général à son Excellence le Général Primo de Rivera, Marquis d'Estella, Président du Conseil des Ministres d'Espagne*, p. 2.

<sup>71</sup> EAM, «*Congrès des Nations d'Occident*», Rome, 21-30 Avril 1929, p. 9. Todavia, o Congresso fazia



Quando o alto-comissário de Espanha fosse designado, juntar-se-ia em Roma, a 15 de Fevereiro, com os seus congéneres altos-comissários e com o alto-comissário Geral. Uma vez formado o Conselho de Comissários para a Europa, estabelecer-se-ia com o governo italiano os detalhes práticos e de organização material do primeiro “Congresso das Nações do Ocidente”. Posteriormente, seria lançada uma proclamação do mundo latino dirigida às múltiplas instituições de cada país participante neste evento sob a direcção e o controlo dos respectivos alto-comissariados nacionais. De seguida, estava previsto que o alto-comissário Geral partiria para a América do Sul para proceder à organização da participação das «*Repúblicas de raça e de língua espanholas e dos Estados Unidos do Brasil*»<sup>72</sup>.

Relativamente ao Regulamento, os trabalhos do Congresso seriam divididos em vinte secções: diplomática, turística, linguística, económica, financeira, colonial, militar, naval, transportes e comunicações, desportiva, administrativa, literária, artística, científica, pedagógica, demográfica, estatística, jurídica, histórica e da Imprensa.

Cada uma destas secções seria superintendida por um comissário e o conjunto de todos os comissários de Secção formaria em cada país o respectivo “Conselho dos Comissários”, que por sua vez seria presidido pelo alto-comissário designado para cada país.

Este Congresso intentava recrutar congressistas de um modo totalmente diverso do que acontecera com os demais congressos. O recrutamento seria processado segundo os princípios organizativos corporativos e sindicais dos países participantes.

O voto inorgânico seria excluído do Congresso, que seria o palco privilegiado do estudo e do debate de questões de foro interno e da ordem panlatina das respectivas comissões técnicas.

### **Contexto interno espanhol convergente com o Congresso das Nações do Ocidente”**

Segundo o entendimento oficial do Estado Espanhol, a sua orientação política externa pautar-se-ia pela intensificação das relações diplomáticas. O Estado espanhol tinha consciência de que o isolamento nunca fora uma prática política sábia nem prudente, sempre geradora de receios e de incompreensões recíprocas. «*El intercambio espiritual y material afianza la interdependencia moral y económica entre los Estados y les hace experimentar, cada día más fuertemente, por cima de todos los exclusivismos nacionales, la sensación de interdependencia política. (...)*

---

notar a seguinte advertência: «*le choix de la personnalité qui remplira les fonctions de Haut-Commissaire pour l’Espagne est d’autant plus délicat que le projet du Haut-Commissaire général est de réunir au sein du Congrès, autour de l’Espagne, en un bloc solide, et en arguant de la communauté de la race et de la langue, les jeunes républiques espagnoles du Sud et du Centre-Amérique, chez lesquelles il convient, dans l’intérêt de l’unité latine, que l’Espagne maintienne la suprématie spirituelle et économique qui est attachée à sa noble histoire et qui est la base de son avenir glorieux*», pp. 9 e 10.

<sup>72</sup> EAM, «*Congrès des Nations d’Occident*», Rome, 21-30 Avril 1929, p. 10.

*seculares luchas, hijas de tiempos e ideas desaparecidos ya del mundo, no puede hacer perdurar odios estériles, incompatibles con la raíz cristiana y generosa del alma española y con el espíritu tolerante y culto de la vida moderna.*

*España es uno de los baluartes y reductos de la civilización occidental, y tiene preferentemente en Portugal, en la Gran Bretaña, en Francia y en Italia sus naturales amistades europeas, que deben ser sinceramente fortalecidos con mutuas concesiones y una leal y reciproca comprensión»<sup>73</sup>.*

No “Curso de Ciudadania”, realizado no *alcázar* de Toledo em Março de 1929, o conferencista D. Jose Pemartin y Sanjuan<sup>74</sup> com a palestra intitulada “Politica Hispano-Americana”<sup>75</sup>, apelava à juventude espanhola para que se consciencializasse da grandeza íntima dos destinos da Pátria e do sentimento do papel superior da «*Raça Espanhola*», que estava compelida a cumprir os seus respectivos desígnios no mundo.

De forma a efectivar estes imperativos categóricos nacionais de afirmação hispânica no seio de uma eventual panlatinidade, a juventude ao cumprir o serviço militar estaria a contribuir para uma finalidade superior, que pretenderia simultaneamente instruí-los e prepará-los para as eventuais possibilidades da guerra e que, por isso mesmo, contribuiria para a dignificação e enobrecimento da juventude. Assim, a juventude espanhola neste empenhamento de realização, que pretender-se-ia militante e militar, deveria ter em conta as seguintes considerações:

- 1) **Política ibérica** - necessidade do conhecimento da missão histórica quer na ordem ibérica vigente quer nas relações com a América espanhola;
- 2) **Necessidade geral de uma política externa das nações** - era uma finalidade, uma missão da política externa espanhola e esta necessidade não reportar-se-ia somente aos diversos Estados, mas também à própria Espanha marcada pela sua força de espírito e pela sua potencialidade moral<sup>76</sup>;
- 3) **Necessidade da compreensão perfeita da política ibérica integrada no conceito de cultura** - definição de uma cultura. A cultura latina<sup>77</sup> encarada como essência e arauto do futuro;
- 4) **Missão histórica da Espanha no passado**<sup>78</sup> - a compreensão do Império

<sup>73</sup> Miguel Primo de Rivera, “Manifiesto de la Unión Patriótica”, RETG Diaz, Enrique, *España bajo el Nuevo Regimen. Cinco años de Gobierno Primo de Rivera, 1923-Septiembre-1928*, Madrid, Ediciones Mercurio, s.d. (1928), pp. 457 e 458.

<sup>74</sup> Foi parlamentar, engenheiro e publicista.

<sup>75</sup> AA VV., *Curso de Ciudadania. Conferencias pronunciadas en el Alcázar de Toledo Marzo 1929. Prólogo del General Primo de Rivera*, Madrid, Ediciones de la Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, s.d. (1929).

<sup>76</sup> V. em **Apêndice Documental**, “La extensión espiritual del mundo” de José Permatin y Sanjuán, pp. 61 e 62.

<sup>77</sup> V. em **Apêndice Documental**, “El concepto de cultura latina” de José Permatin y Sanjuán, pp. 56 e 57.

<sup>78</sup> V. em **Apêndice Documental**, “El espíritu español del siglo XVI” de José Permatin y Sanjuán, p. 57.

Hispano-Americano no passado<sup>79</sup> e no presente<sup>80</sup>;

**5) Conclusões da prática do hispano-americanismo** - a obra de governo de Primo de Rivera e a que restaria encetar.

Em suma, José Permatin y Sanjuan no decurso da sua palestra tentou que se chegasse às seguintes conclusões:

- 1) Existe um princípio de finalidade, de destino, de missão histórica nos organismos humanos, designados nações. A consciência deste destino e dos meios para realizá-lo constituía a sua política externa; fazê-la chegar à nação sob a forma de ideais ou de orientações, permitiria fortalecer a cidadania interna, com destaque para as actividades militares;
- 2) O estudo do passado levava a definir a política ibérica como uma política de formação de povos, de expansão cultural com umas assimilações assaz singulares, impregnadas de elementos espirituais e étnicos que propagaram ao mundo como a «obra mais destacada, mais considerável da civilização da História do mundo»;
- 3) O passado considerado admirável permitiria tanto a Espanha como a Portugal contribuir para o exercício das suas missões históricas. Considerava-se, então que o hispano-americanismo era essencialmente cultural e de defesa de um ideal: o ideal da cultura latina, sendo que a especificação hispânica seria a mais relevante e mais esplêndida do mundo, coroada pela Religião Católica. A Cultura difundiria a Religião Católica na sua essência e universalidade magníficas. E cumpriam, assim, uma missão providencial às nações componentes do núcleo latino, tanto europeias como americanas. «*En esta misión superior estamos unidos con Portugal de tal modo, que en ella la separación política es diferente y secundaria, y la orientación, como es nuestro deber, con las comunicaciones, cada vez más estrechas, tanto espirituales como materiales, técnicas y de comercio, que tan felizmente se están desarrollando y nos están uniendo desde que en ambas se han constituido Gobiernos que sepan ser un eco verdadero de la conciencia del país*»<sup>81</sup>;
- 4) A política espanhola europeia deduzir-se-ia da sua posição geográfica privilegiada, entre mares e continentes, que se pretendia pacífica, mas firme e depositária de um grande prestígio histórico e moral, encarando-se como se fosse uma grande potência neutral, apartada das graves rivalidades e dos conflitos do pós-guerra, o que lhe auferiria um valor especial de arbitragem e de mediação, em momentos em que eram moda os pactos.

<sup>79</sup> V. em **Apêndice Documental**, “Características políticas de la Administración hispanoamericana” e “Palabras de un norteamericano” de José Permatin y Sanjuan, p. 63.

<sup>80</sup> V. em **Apêndice Documental**, “El sentimiento de la reciprocidad” de José Permatin y Sanjuán, pp. 72 e 73.

<sup>81</sup> SANJUÁN PERMATIN, José, “Política Hispano-Americana” *Curso de Ciudadanía. Conferencias pronunciadas en el Alcázar de Toledo Marzo 1929. Prólogo del General Primo de Rivera*, Madrid, Ediciones de la Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, s.d. (1929), p. 90.

### Contexto interno português convergente com o Congresso

Em 1929, Portugal, sob a égide da Ditadura Militar, dava sinais de uma complacência e até de um certo alinhamento da política oficial do Estado para com as soluções do tipo fascista.

Fazendo uma resenha cronológica, podemos enumerar os vários momentos que ao longo de 1929, ano do “Congresso das Nações do Ocidente”, Portugal evidenciou indícios de amizade e de boas relações com a Itália de Mussolini e a Espanha de Rivera. A saber:

- 21 de Agosto, reproduzindo uma estratégia já adoptada pela Itália Fascista, através do Decreto n.º 17252, o governo da Ditadura Militar aprovou as bases para a organização da «campanha do trigo» realizada sob o lema «o trigo da nossa terra é a fronteira que melhor nos defende».

- 12 de Setembro, em visita a Portugal, os dois filhos menores de Mussolini, acompanhados de um destacamento de balilas (membros da Juventude Fascista Italiana) foram recebidos pelo presidente da República, general Óscar Fragoso Carmona. Tratou-se, no fundo, de uma manifestação clara da forma positiva como a Ditadura Militar encarou aquela que foi a primeira experiência fascista de governação;

- 16 de Outubro, acompanhado pelo presidente do Conselho, general Ivens Ferraz, e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, o presidente da República, Óscar Carmona, visitou a Espanha. Os governantes portugueses foram recebidos pelo rei Afonso XIII e pelo general Miguel Primo de Rivera, chefe do regime ditatorial vigente em Espanha desde 13 de Setembro de 1923.

#### 4. Panlatinidade *versus* Hispanidade: uma polémica de Alberto de Monsaraz

A 1 de Janeiro de 1934<sup>82</sup>, Alberto de Monsaraz escrevia a Charles Maurras, o apóstolo e preceptor do nacionalismo francês e do neomonarquismo, onde demonstrava o seu afastamento da latinidade alargada maurrasiana, conceito que transformar-se-ia numa efectiva panlatinidade pelos acólitos de Mussolini, e que se mostrava, portanto, inadequado para compreender a especificidade mental e étnica da hispanidade. Monsaraz, embora qualificasse Charles Maurras de «*caro mestre*», rejeitava liminarmente a ideia de um federalismo ibérico, imposta pela monarquia espanhola. Aliás, não era a primeira vez que Monsaraz discordava do seu «*mestre*» sobre este mesmo assunto<sup>83</sup>.

Com efeito, Charles Maurras, no *Action Française* de 26 de Dezembro de

<sup>82</sup> “Uma carta de Alberto Monsaraz”, *Nação Portuguesa*, vol. VIII, fasc. IV, 1934, pp. 216 a 218. E cf. “Independência de Portugal”/ (Carta de Alberto de Monsaraz a Charles Maurras), in *Diário de Lisboa*, Ano 13º, n.º 4003, 5 de Janeiro de 1934, p. 1.

<sup>83</sup> EAS, Correspondência de Alberto de Monsaraz, Pasta n.º 149, trecho de carta não identificada, s.d. (1913).

1933, a propósito da morte do coronel Macia, deixava entrever subtilmente que Portugal se tornasse num elemento integrador da monarquia espanhola, de carácter federativo, cujo peso seria mais significativo no espaço europeu, constituindo uma nova área sob a égide da latinidade.

A fundamentação de Monsaraz para rebater a proposta maurrasiana radica na justificação histórica, com argumentos muito discutíveis à luz da historiografia actual, e no seu sentimento fervoroso nacionalista e patriota.

A solução federativa era inconcebível, tanto mais por simples constatação da difícil dominação romana da Lusitânia, em que os lusitanos habitantes da parte ocidental da Península Ibérica teriam resistido heróica e tenazmente durante mais de 50 anos ao domínio avassalador dos romanos. Daí as próprias origens étnicas serem diferentes, os portugueses descenderiam dos luso-celtas e os espanhóis dos germano-latinos (romanos).

Outra diferença realçada era Portugal ser um Estado independente e com fronteiras totalmente definidas desde 1249 (reinado de Afonso III). A Espanha só foi um Estado independente e soberano muito mais tarde, em 1492, quando os Reis Católicos uniram os reinos de Castela e de Aragão, expulsando o último reduto de poder muçulmano na Península, o reino de Granada.

Além do mais, Monsaraz adiantava que Portugal nunca tivera um papel no *puzzle* político europeu, pois o seu destino histórico radicou nas navegações e nas armadas. Assinalava diferenças de estratégia política: a Espanha sempre tivera aspirações de interferência no mapa político europeu e no Mediterrâneo, Portugal nunca pensara em desenvolver um papel activo na Europa, mas em novos mundos. Dada a atlantização do território luso, a posição geográfica marginal relativamente à Europa e a necessidade de contrabalançar o desequilíbrio de poderes existentes na Península Ibérica, Portugal, ao longo da sua história, apostara fortemente na expansão extrapeninsular.

Por último, como argumento decisivo, Monsaraz chamava a atenção de Maurras para uma questão que este próprio já temia, nunca um César (à moda de Filipe II de Espanha), distribuidor de foros, poderia encarar a hipótese de anexar Portugal, como se qualquer César germânico quisesse anexar a França em nome do velho império carolíngio: «*Filipe II não passou dum pesadelo. Já se esqueceu de o recordar. Jamais um federador real da Espanha - que não souberam conservar o seu vasto Império - jamais um César, distribuidor de fueros, esse mesmo que pensasse em reunir o Rossilhão ao Condado de Barcelona, ousaria encarar sequer esta hipótese insensata: que a sua magnificência e a sua munificência madrilenas pudessem vir a seduzir algum dia a capital do Oceano, o coração deste pequeno grande povo, cujo sangue circula ainda nas cinco partes do mundo. Acha V., porventura, admissível que qualquer César Germânico, sonhando com uma Mittel-Europa imaginária, possa atentar a sério, apesar da sua loucura nativa, na viabilidade de anexar a França, restaurando o Império de Carlos Magno? Então...*»<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> “Independência de Portugal/(Carta de Alberto de Monsaraz a Charles Maurras)”, *ob.cit.*.

Do lado espanhol, houve a recepção da referida carta de Monsaraz, demonstrando o encarregado de negócios de Espanha em Lisboa, na carta que endereçou ao ministro de Estado, a 5 de Janeiro de 1934, conhecer a ideia de federalismo ibérico proposta por Maurras.

O encarregado de negócios de Espanha em Lisboa considerava a carta de Monsaraz sintomática da tradicional hispanofobia portuguesa: «(...) É mais uma amostra de como reage este povo em presença da mínima suposição de federação dos que ocupam a Península Ibérica, motivada esta vez por umas frases de Charles Maurras na «Action Française» (...) Nada há que objectar ao espírito patriótico que anima o articulista (Alberto de Monsaraz), cujo ponto de vista é muito lógico, dada a mentalidade portuguesa e a sua constante preocupação por o que a Espanha se refere...»<sup>85</sup>.

O encarregado de negócios de Espanha em Lisboa entendia, ainda, que era tempo de regularizar o relacionamento entre Portugal e Espanha<sup>86</sup> e, por isso, considerava que a hispanofobia deveria ser desactivada, não devendo condicionar nem protelar o lançamento da ideia de um pacto peninsular de não-agressão: «(...) mas, como precisamente esta preocupação (hispanofobia) não pode influir no tom geral das relações entre os dois Estados, se bem que não há desejado ser objecto de atenção por nossa parte em cada momento, seguramente o trabalho de Espanha relativamente ao seu país mais vizinho e mais intimamente ligado aos seus destinos, e as negociações que haverá que levar a cabo em diversas ordens para regularizar nossas relações, fosse iniciada por um pacto de não agressão entre Espanha e Portugal, haveria de ser muito favoravelmente recebido por este país e ajudaria a apagar o receio que não pode sentir em direcção a nós mesmos, ainda que ele nos pareça e seja injustificado»<sup>87</sup>.

## 5. O rescaldo dos ímpetos de radicalização política em Portugal

Marcelo Caetano assinala-nos as razões pelas quais se deu o fascínio pelas ideias de pendor autoritário-fascistas inseridas numa explicação extremamente pertinente e atentamente observada dos ímpetos políticos portugueses cada

<sup>85</sup> “17 Encarregado de Negócios de Espanha em Lisboa ao Ministro de Estado, 5-1-1934”, in Hipólito de la Torre Gómez, *A Relação Peninsular na Antecâmara da Guerra Civil de Espanha (1931-36)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998, p. 153. Tradução do documento original em espanhol.

<sup>86</sup> Como bem compreendia o embaixador espanhol em Portugal, o caminho era longo, difícil e frágil: os progressos para a fraternidade, feitos à base de muitos esforços em gestos e demonstrações amistosas (como sucederia na segunda metade de 1935), podiam abalar-se por muito pouco. De Espanha era necessário um trabalho que requeria lentidão, constância e continuidade. Do lado português, a aceitação das amistosas solicitações de Madrid parece ter-se dado de forma mais sossegada. Depois do preocupante biénio azañista, a ascensão das direitas ao poder no Outono de 1933, deve ter sido recebida com alívio pela ditadura salazarista. Mas talvez só a partir dos acontecimentos de Outubro de 1934 os governantes portugueses dariam suficiente crédito à política e aos políticos do país vizinho.

<sup>87</sup> “17 Encarregado dos Negócios de Espanha em Lisboa ao Ministro de Estado, 5-1-1934”, Hipólito de la Torre Gómez, *op. cit.*, p. 153.

vez mais radicalizados não só pelo endurecimento e extremismo verificado no combate político, mas também pela carestia das condições materiais da vida (desemprego, inflação e fome). «Muitos espíritos perturbados pelo comunismo e por outras ideologias radicais então dominantes na República Espanhola encontram nesse movimento<sup>88</sup> um sucedâneo que satisfaz as suas ansiedades e inquietações. Multiplicam-se concentrações, comícios, desfiles marciais. E muitos dos mais dedicados amigos de Salazar não resistem ao fascínio dessa nova corrente que tem as simpatias juvenis e se manifesta numa imprensa viva e combativa onde alguns estudantes de talento terçam as primeiras armas do jornalismo em que mais tarde se iriam revelar mestres...»<sup>89</sup>.

Efectivamente, os vários artigos escritos por Alberto de Monsaraz no *Revolução* (1932-1933) inserem-se no quadro da ideologia da direita radical portuguesa do pós I Guerra Mundial, dominada pela juventude universitária, maioritariamente pertencente à Junta Escolar integralista de Lisboa, que sobreviveu num período de colapso económico-social e se fascinou pelo meteórico e galvanizador Mussolini. Alberto de Monsaraz, através dos seus artigos, fez a defesa de uma revolução de terceira via: hostilizou o capitalismo demoliberal e a burguesia plutocrática, parasitária e especulativa; invectivou a maçonaria, o socialismo, o bolchevismo e o seu consequente internacionalismo. Defendeu a necessidade de reformar radicalmente a organização política do velho Estado demoliberal capitalista, contrapondo-lhe um Estado nacionalista, autoritário, orgânico, hierarquizado, anti-individualista, antiburguês, antimaçónico, anticomunista e sindicalizado (fruto do agrupamento corporativo do capital produtivo).

A isto se adiciona uma ideia fascinante e histórica do Portugal imperial, um discurso que, na realidade, não está muito distante da nova política imperial definida pelo Acto Colonial de 1930. Política colonial, onde não havia colónias, mas simplesmente províncias ultramarinas pertencendo ao vasto império português.

Em Alberto de Monsaraz, para além da influência do nacionalismo integralista de matriz historicista, acrescentava-se uma variante fascizante, que era o carácter mobilizador e a sua projecção para o futuro: «(...) *Mercê de Deus, pertence-nos o Futuro. Saberemos torná-lo digno dos passados triunfos, que precederam a decadência. Nun' Álvares, símbolo de patriotismo e de fé, de todas as heroicidades do corpo e da alma, e Dom Sebastião, imagem viva do sacrifício que exige e impõe o resgate, caminham na nossa frente, conduzem-nos, comandam-nos. Dezenas, centenas, milhares de moços, de todas as origens e camadas sociais, escutaram o nosso brado; ergueram-se num clamor de entusiasmo; confiadamente seguem-nos as pisadas. Saibam os portugueses de ontem que nós, portugueses de hoje, faremos o Portugal de sempre!*»<sup>90</sup>.

<sup>88</sup> Esse movimento é o Nacional-Sindicalismo, considerado na historiografia portuguesa como o grande partido fascista luso dos anos 30 e tinha como elementos dirigentes dois destacados vultos da Junta Central e da primeira geração integralistas: Francisco Rolão Preto como chefe carismático e Alberto de Monsaraz como secretário-geral, durante o ano de 1933.

<sup>89</sup> Marcelo Caetano, *Minhas Memórias de Salazar*, s.l. (Lisboa), Editorial Verbo, 1977, p. 70.

<sup>90</sup> “Portugal Vasto Império/ por Alberto de Monsaraz”, *Revolução*, Ano I, n.º 112, 21 de Julho de 1932, p. 3. A este inquérito, elaborado por Augusto da Costa, responderam Alberto de Monsaraz, Paiva Couceiro, João de Almeida, Hipólito Raposo, entre outros. V. “XV/ Dr. Alberto de Monsaraz”,

Monsaraz veiculava, ainda, a ideia imperial própria dos fascistas portugueses: «*Sim ou não Portugal, sendo a terceira potência colonial, tem todos os direitos a ser considerada uma grande potência europeia?*»

*Os direitos, mesmo os que se perderam, tornam cedo, ou tarde, a conquistar-se. É uma questão de persistência e de valor. Conquistá-los-emos. Sim ou não Portugal, amputado das suas colónias, perderá toda a razão de ser, como povo independente, no concerto europeu?*

*Portugal inalienável e eterno recusa-se a admitir tais hipóteses. Não responde a semelhantes perguntas. Nem sequer as ouve»<sup>91</sup>.*

Alberto de Monsaraz encarava, à semelhança de Barrès, a Nação como mais importante do que o eu, e representante do valor absoluto e supremo. Deste modo, o indivíduo deveria colocar-se à disposição da Nação, obedecer à “santa lei da raça” e às vozes da terra e dos mortos. A herança nacional devia ser salvaguardada através da tradição histórica contra as degenerescências nacionais, contra as ameaças mortais e destrutivas do egoísmo interno bem como contra as ameaças externas, vindas dos ventos que sopravam sobretudo de Espanha. «(...) Não receamos comparações não nos aterrorizam ambiciosos desígnios, desprezamos a inveja estrangeira, preme da ganância e cobiças. Seguros dos nossos direitos históricos e da nossa imprescritível força moral, confiantes na velha aliança de séculos com o primeiro Império da Terra, erguemos num brado uníssono, vibrante de fé, de entusiasmo de orgulhosa altivez patriótica: Viva Portugal Eterno em Todas as Partes do Mundo!»<sup>92</sup>.

### Afinal, como se pode definir o Fascismo?

Numa abordagem mais genérica podemos compreender o fenómeno político fascista do seguinte modo: «*grande y eficaz invento (o estafa), ciertamente. De algún modo, el propio fascismo fue un invento de la izquierda en la que históricamente tiene su origen: los socialistas fasci d'azione rivoluzionaria, en Italia; y el Partido Nacional Socialista de los Trabajadores, en Alemania. «El fascismo no es más que la canalización del socialismo», comentó José Antonio, en el congreso de los Diputados»<sup>93</sup> e, ainda, «el fascismo, probablemente «el término más vago de los términos políticos contemporáneos»<sup>94</sup> según Payne, es un fenómeno limitado en el tiempo y en el espacio, que surge en el período de entreguerras (1918-1939) como consecuencia de los desequilibrios de la paz y de la crisis del liberalismo decimonónico. Por encima de la utilización de fetiches y símbolos, lo que al día de hoy se llama fascismo responde a otras determinaciones actuales, a los que no se ha puesto el nombre propio y adecuado, ajenas al fascismo italiano y al nacionalsocialismo*

---

Augusto da Costa, *Portugal Vasto Império/ Um Inquérito Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, pp. 119 a 124.

<sup>91</sup> “Portugal Vasto Império/ por Alberto de Monsaraz”, *Revolução*, Ano I, n.º 112, 21 de Julho de 1932, pp. 3 e 4.

<sup>92</sup> Alberto de Monsaraz, “Nós ... sempre !”, *Revolução*, Ano II, suplemento ao n.º 315, 26 de Março de 1933, p. 1.

<sup>93</sup> PAYNE, G., *José Antonio Primo de Rivera*, Barcelona, Ediciones B, S.A, 2003, p. 53.

<sup>94</sup> Idem, *El fascismo*, Barcelona, Altaya, 1996, p. 10



*alemán, con tantas diferencias entre sí, depositadas en la vitrina de la Historia»<sup>95</sup>.*

*«Mussolini situava-se nesta linha de pensamento quando, em 1932, definia o fascismo como uma revolta contra «o positivismo materialista e fraco do século XIX». Pouco depois, aquando da fundação da falange espanhola, José Antonio Primo de Rivera começa o seu discurso por um ataque contra Rousseau. Em 1940, Drieu la Rochelle faz eco desta afirmação, ao declarar: «A França foi destruída pelo racionalismo». Todos estes textos nos apresentam e explicam as razões do efeito de satelização que o fascismo, exercia sobre muitos círculos intelectuais.*

*(...) o desemprego, a inflação ou as derrotas militares, a crítica da democracia liberal não devia conduzir necessariamente ao fascismo, ao nazismo ou às diversas formas de Revolução Nação (entre elas, o regime de Vichy). Foi a conjunção de todos esses elementos que provocou a ruptura dos anos 20 e 30, uma vez que, em toda a Europa Ocidental, a revolta cultural precedeu a revolta política.*

*(...) A verdade é que a atracção do fascismo residiu, sobretudo, no facto de essa ideologia de ruptura nunca ter sido senão o núcleo duro de um fenómeno mais amplo: a revolta contra a modernidade oriunda das Luzes. Eis as razões pelas quais, no decurso da primeira metade do século, a tentação fascista se exerce, em graus diversos, sobre amplas camadas da intellizentzia europeia. O fascismo foi realmente a «doença do século» de que falava Robert Brasillach. (...) via no fascismo «um espírito» nos antípodas do espírito «burguês», racionalista e utilitário, um espírito em revolta contra uma civilização vilmente materialista.*

*(...) Na verdade, é o nacionalismo da terra e dos mortos, muito próximo do nacionalismo do sangue e do solo alemão, que constitui o coração da ideologia da Revolução Nacional. (...) Ao contrário do que pretende a interpretação apologética, as estruturas de substituição apresentam um carácter próprio dos sistemas totalitários. Até o culto dos valores tradicionais - a família, a terra, a religião - em nada difere da iniciativa de Mussolini ou de Hitler e pertence ao arsenal de armas forjadas contra o «individualismo», do mesmo modo que o lugar concedido à Igreja de França, no sistema de Vichy, que pretendia desfazer a obra dos jacobinos e combater o «materialismo» burguês (liberalismo) e o materialismo operário (marxismo).*

*(...) Os partidos fascista e nazi foram instrumentos de combate pelo poder: após a vitória, uma vez cumprida a sua missão, foram, evidentemente, os únicos a sobreviver, mas o poder real depressa passou para as mãos do líder, na sua qualidade de chefe do governo (Mussolini). Aliás, não deixa de ter interesse*

---

<sup>95</sup> Idem, José Antonio Primo de Rivera, Barcelona, Ediciones B, S.A, 2003, p. 56.

*constatar que Pétain usufruía de um estatuto simultaneamente nominal e real mais próximo do de Hitler do que do de Mussolini.*

*(...) O regime de Vichy é descendente de uma longa tradição ao mesmo tempo autónoma e europeia: foi a revolta de uma França intelectual e política que nunca aceitou a filosofia das Luzes. (...) Tal como em Itália e na Alemanha, essa revolta contra o «materialismo» das Luzes, burguês ou proletário, atraiu uma grande parte das classes cultas. Na verdade, é essa sedução anti-materialista, que se tornou muitas vezes uma autêntica tentação fascista, que explica a simpatia da grande maioria dos intelectuais italianos pelo jovem movimento revolucionário liderado por Mussolini, e da quase totalidade do mundo universitário alemão pelo nazismo. Muitos intelectuais franceses não exibem, em 1940, um comportamento muito diferente. O novo regime beneficia imediatamente do apoio das elites, dessas mesmas elites que tinham, ao longo dos anos 30, encarado com benevolência a grande revolta «antimaterialista» e gritado a sua recusa daquilo que certos meios contestatários gostavam declamar a «desordem estabelecida», que não era outra coisa senão a democracia»<sup>96</sup>.*

João Medina, numa síntese conceptual em torno do conceito fascismo, aliás, bastante sugestiva e pertinente para o nosso estudo, alerta-nos e esclarece-nos acerca da dificuldade em estabelecer um modelo explicativo único (à luz do «ideal tipo»). *«The greatest problem for anyone trying to define or explain the phenomenon of fascism lies in the fact that any reliance on general terms (such as «fascism» or «totalitarianism») stumbles immediately on the difficult task of wanting to designate, made up of substantially different political configurations, with one single term as a way of describing what is, by its very nature, equivocal. It is not easy, in dealing with the forms of fascist power, to work towards the construction of a Weberian «ideal type», that is, the search for a unique reality containing only the essential aspects necessary for its continuation as an intelligible whole. These «ideal types» are models that are especially useful as instruments of historical, sociological or politico-logical analysis, for they do not obliterate, in the process of analysis, individual characteristics of the phenomena under consideration»<sup>97</sup>.*

No entanto, e seguindo o raciocínio de João Medina, é-nos possível, apesar das diferentes formas que o Fascismo<sup>98</sup> assumiu durante o período que medeia entre as duas guerras mundiais, enumerar nove características fundamentais. Elas são: *«first, violence is justified as a method of conquering and/or preserving*

<sup>96</sup> STERNHELL, Zeev, “Introdução. A modernidade e os seus inimigos: da revolta contra as Luzes à rejeição da democracia”, *Eterno Retorno. Contra a democracia a ideologia da decadência (organização de Zeev Sternhell)*. Tradução de Maria de Carvalho, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, pp. 31, 32 e 34 a 39.

<sup>97</sup> MEDINA, João, “European Fascism: A Conceptual Synthesis”, *Separata de Clío*, nova série, vol. I, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1996, pp. 149 e 150.

<sup>98</sup> Segundo João Medina, há que considerar uma distinção que importa reter entre os ditos grandes Fascismos e os Pseudo-Fascismos, espécie de fascismos menores, semi-fascismos como foram o Franquismo, Salazarismo e o regime de Pétain.

power. This derives from a clear rejection of the entire ethical, liberal and democratic philosophical tradition. Violent by nature, Fascism rejects any legal basis inherent to the liberal-democratic «State of Rights». (...) Fascism repudiates the values of individualism as much as the eighteenth century.

Secondly, Fascism exalts extreme nationalism and very often, in traditional Marxist and revolutionary analysis, it substitutes the notion of the class worker for the notion of the nation.

Thirdly, Fascism corresponds to a militarization of society, to an integral militarization of the State and to a conversion of the public servants of a democratic regime into soldiers. Fascism is inseparable from the uniform, be it the *camisa nera* of the Italian Fascists, the blue shirt of the Spanish Falangists or the brown shirt of the German Nazis. With Fascism, the State becomes entirely military. (...).

Fourthly, being anti-rational, Fascism is vitalist and Romantic, a defender of community values and values of brotherhood over and above all those values of the individual which derive from Humanism and are committed to democratic and liberal ideas. Being Romantic and thus glorying the values of Tradition and Country, Fascism views as sacred both youth and its «Springtime» values - the so-called «*primavera de bellezza*» in the hymn song of the *Balillas*, who were the youth movement of the Italian Fascists. (...) Fascism glorifies myth and attempts to extract from myth the enormous potential for action among the masses.

Fifthly, Fascism emerges as a mass movement destined to fascinate the masses, to charm them and to lead them to collective action; whereas the classical conservative authoritarian regimes- as in the case of Salazar - consistently tried to demobilize the masses, excluding them from public displays and offering them a system of values, points of reference and traditional hierarchies, Fascism, on the contrary, tried to inculcate in the masses the sensation of feeling constantly mobilized, always in relationship to the leader who is, simultaneously, the omniscient interpreter of their wishes and the only one capable of bringing them to fruition. (...).

A sixth characteristic of Fascism is that it always tried to be a revolutionary movement, to create a genuine revolution in its means and ends, either by constant mobilization of the masses, or in its capacity to destroy archaic or traditional forms of community, national and local life. In this respect, Nazism went perhaps further than any other form of popular mobilization in a revolutionary sense, be it through integrating its women and children into its own movements of National-Socialist indoctrination, be it through the abolition of archaic forms of local administration, manners of behaving and forms of work. (...).

A seventh characteristic of European fascisms is the ethic heroism. Whether in the enthusiastic exercises of the Hitlerian and «*Balilla*» youth, or through the special devotion of the founder of the Spanish Falange, José Antonio Primo de Rivera (...). (...).

The eighth characteristic lies in the fact that Fascism is the apotheosis of the political principle of the leader as absolute, as the «*Führerprinzip*», the leadership system raised to the highest level of political theory and practice, the charisma transformed into an absolute source of legitimization of power. The cult of the Leader, begun by the Italian

*Fascists, finds its culmination in the leadership of Achille Starace, secretary of the National Fascist Party from 1931 to 1939, a man of fanatical devotion to the Duce, the leader who was always right. This cult of the leader was of crucial importance as well in German Nazism and other fascist movements such as Rexism, Falangism, the Iron Guard, etc. In 1931 in Germany, Goebbels made it mandatory to use the expression «Führer» within the National Socialist Party and it became an indispensable ritual practice to make the salutation «Heil Hitler!». (...) In Italy the cult of the Duce and the political mantra of «Mussolini ha sempre ragione» summed up the authoritarian and totalitarian essence of the regime: the famous phrase, repeated by the whole of Italy, was more than a simple fetish or an ideological obsession.*

*And finally the ninth characteristic is that Fascism is inseparable from the idea and practice of a single party, a party of the masses, aimed at keeping them permanently mobilized and at indoctrinating them with its exclusive and totalitarian ideology. Such a party is intensely hierarchical and entirely anchored in a bureaucratic organization of government (that is, when the fascist movement becomes a political regime), when not located somewhere above it»<sup>99</sup>.*

---

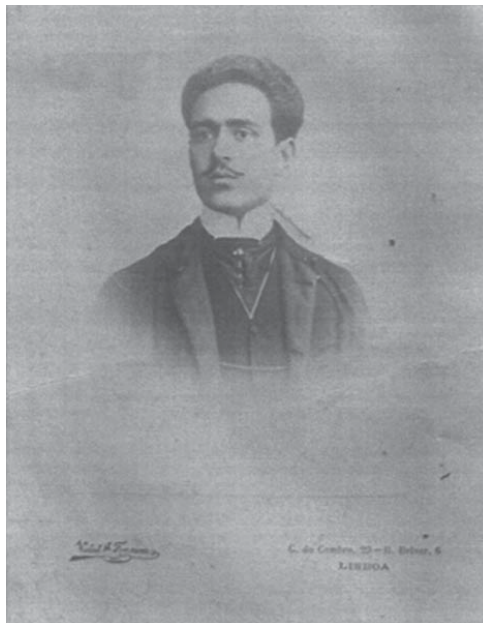
<sup>99</sup> Idem, *Ob.Cit.*, pp. 151 a 154.



APÊNDICE DOCUMENTAL



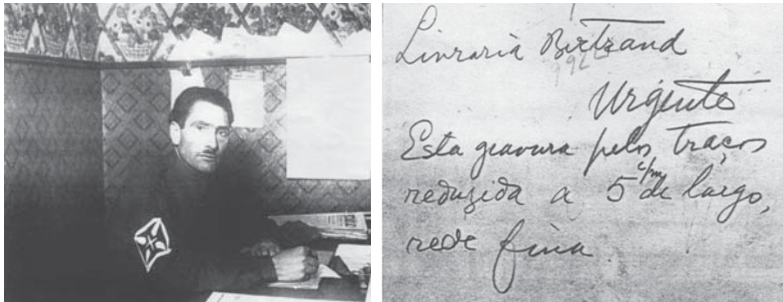
1 - Alberto de Monsaraz (Fotografia Espólio Alberto de Monsaraz)



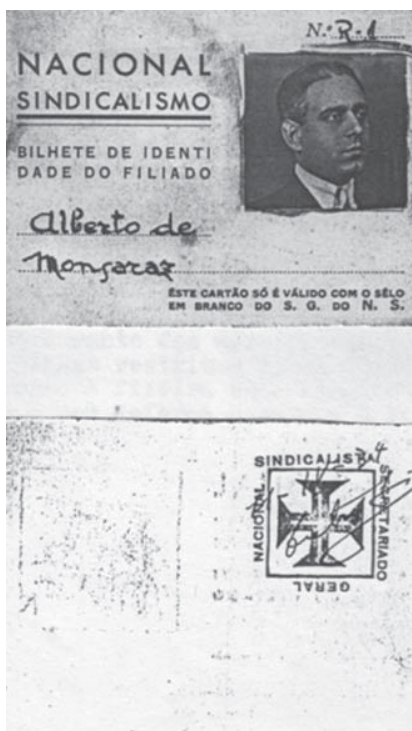
2 - Benito Mussolini - PICON, Gaetan (Direcção de), *Panorama das Ideias Contemporâneas*, Lisboa, Editorial Estúdios Cor, s.d.







3 - Francisco Rolão Preto (Fotografia Espólio Alberto de Monsaraz)



4 - Cartão de Filiado do Nacional-Sindicalismo de Alberto de Monsaraz (Espólio Alberto de Monsaraz).



5 - Fotografia de José Antonio Primo de Rivera, STANLEY, G. Payne, *José Antonio Primo de Rivera*, 1ª ed., Barcelona, Ediciones B, S.A, 2003.

R E C U de Monsieur Alberto de MONSARAZ, demeurant à Paris, 6, rue Chateaubriand, à titre de prêt, la somme de *deux cent cinquante frs.* pour l'achat de *deux* actions de cinq cents francs chacune (versement du premier quart), de "FAST", Société anonyme au capital de un million de francs; ces actions restent sous séquestre entre les mains de Monsieur de MONSARAZ, en garantie de cette somme  
PARIS, le 30 Octobre 1922

*Rudec*

*Reçu  
30 octobre 1922  
P. P. P.*

R E C U de Monsieur Alberto de MONSARAZ, demeurant à Paris, 6, rue Chateaubriand, à titre de prêt, la somme de *Neuf cent cinquante frs.* pour l'achat de *deux* actions de cinq cents francs chacune (versement du premier quart) de "FAST", Société anonyme au capital de un million de francs; ces actions restent sous séquestre entre les mains de Monsieur de MONSARAZ, en garantie de cette somme  
PARIS, le 30 Octobre 1922

*CP P. P. P.*

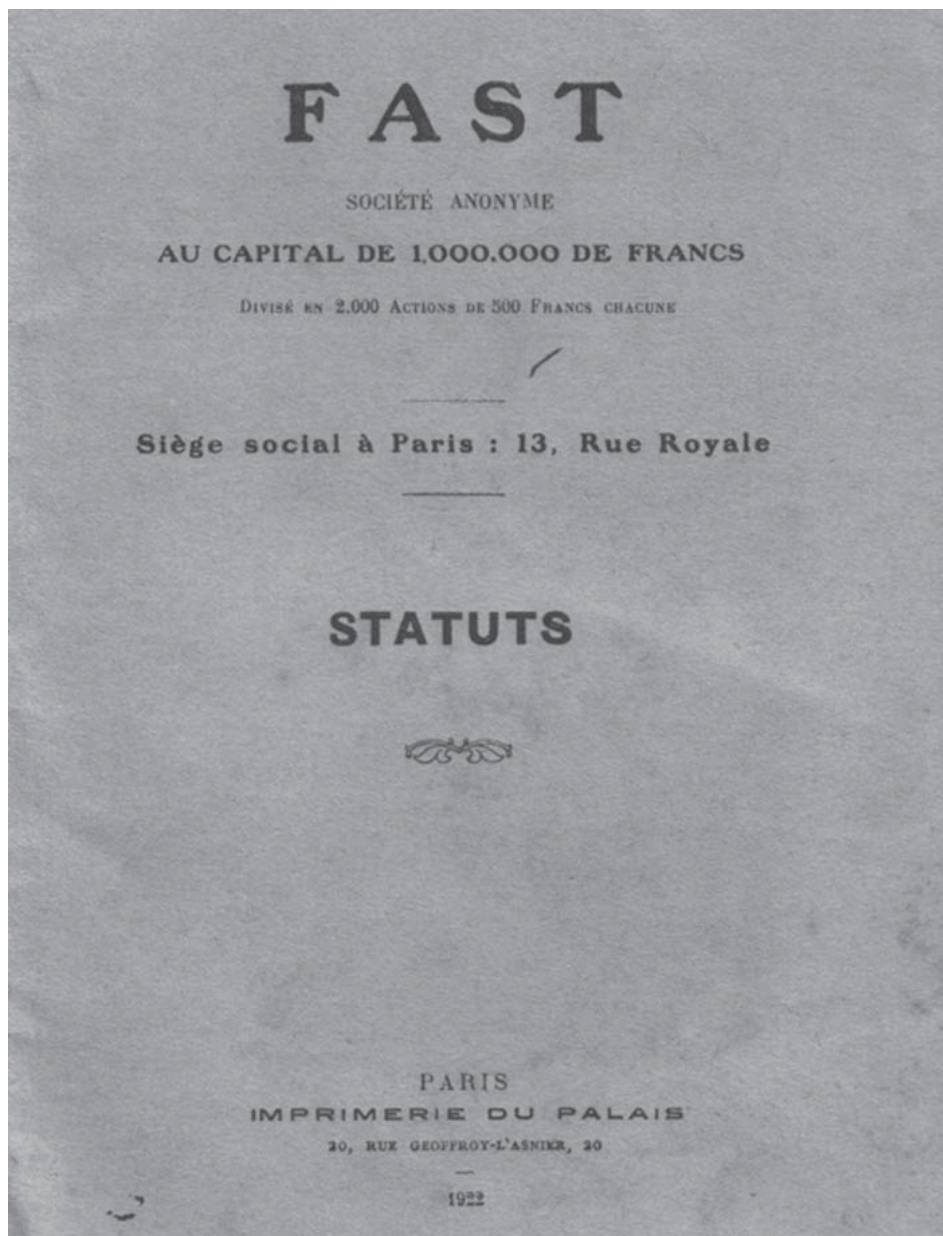
QUITTANCES  
de 250 francs  
REGISTRÉES

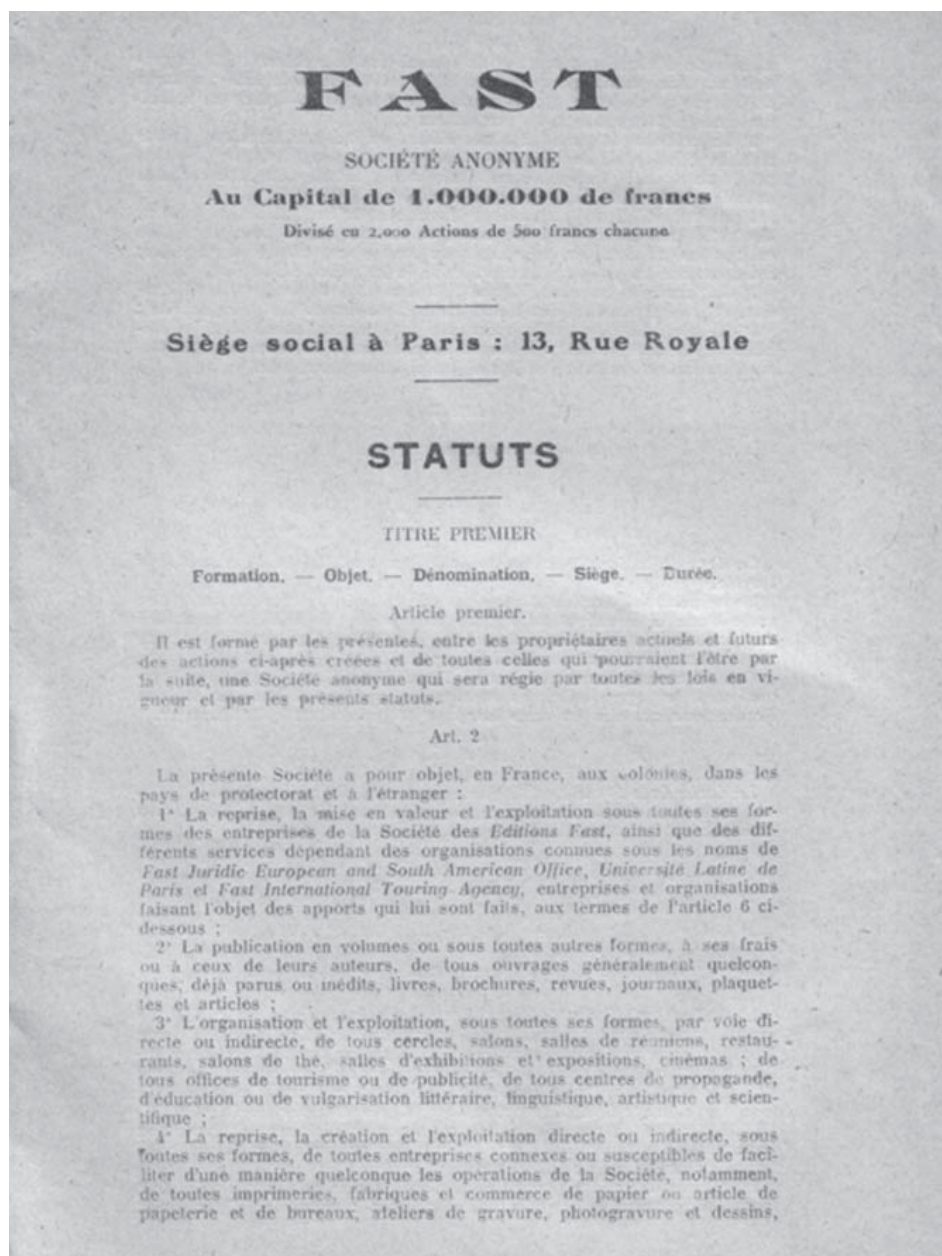
QUITTANCES  
de 250 francs  
REGISTRÉES

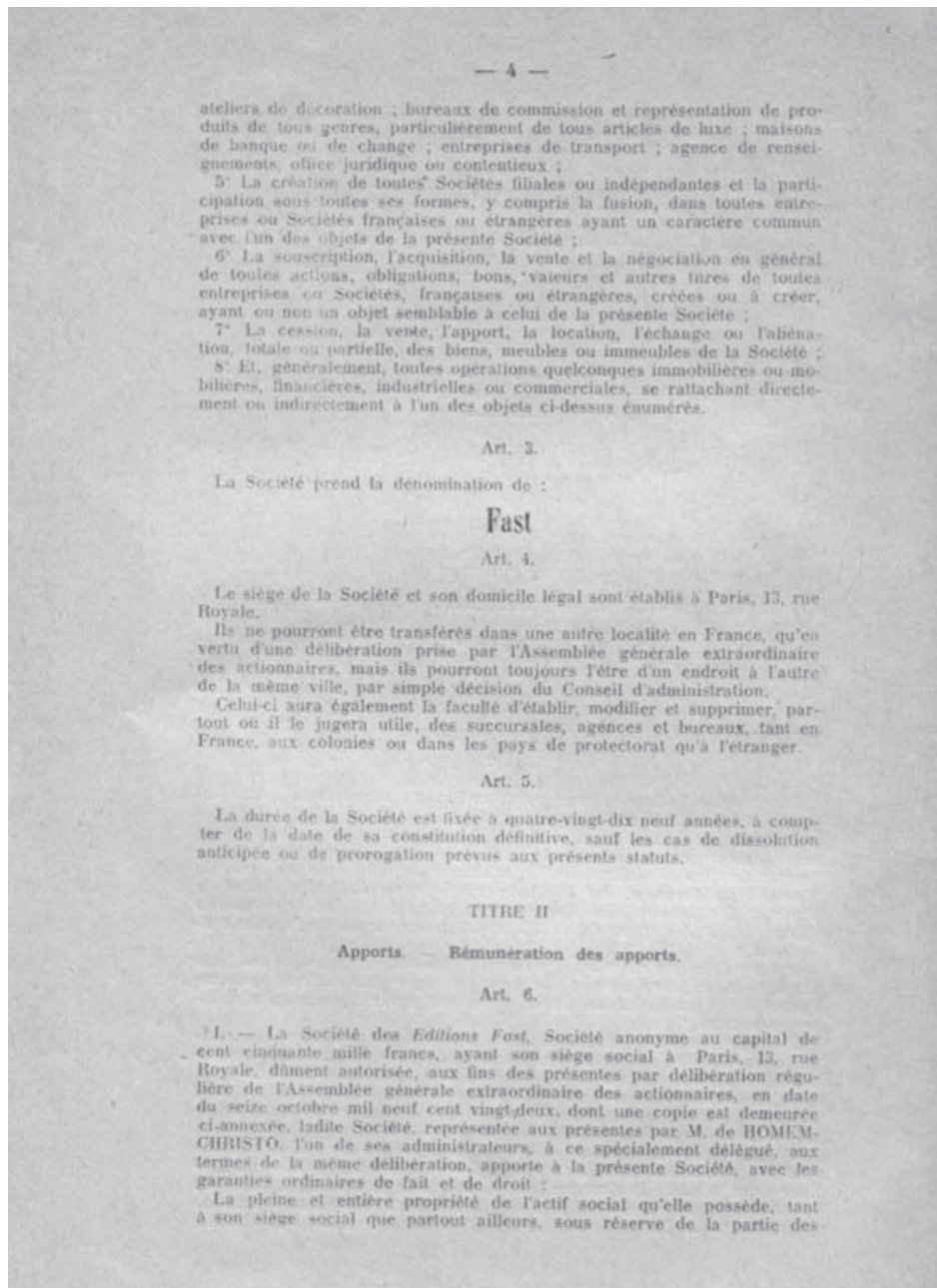
QUITTANCES  
de 250 francs  
REGISTRÉES

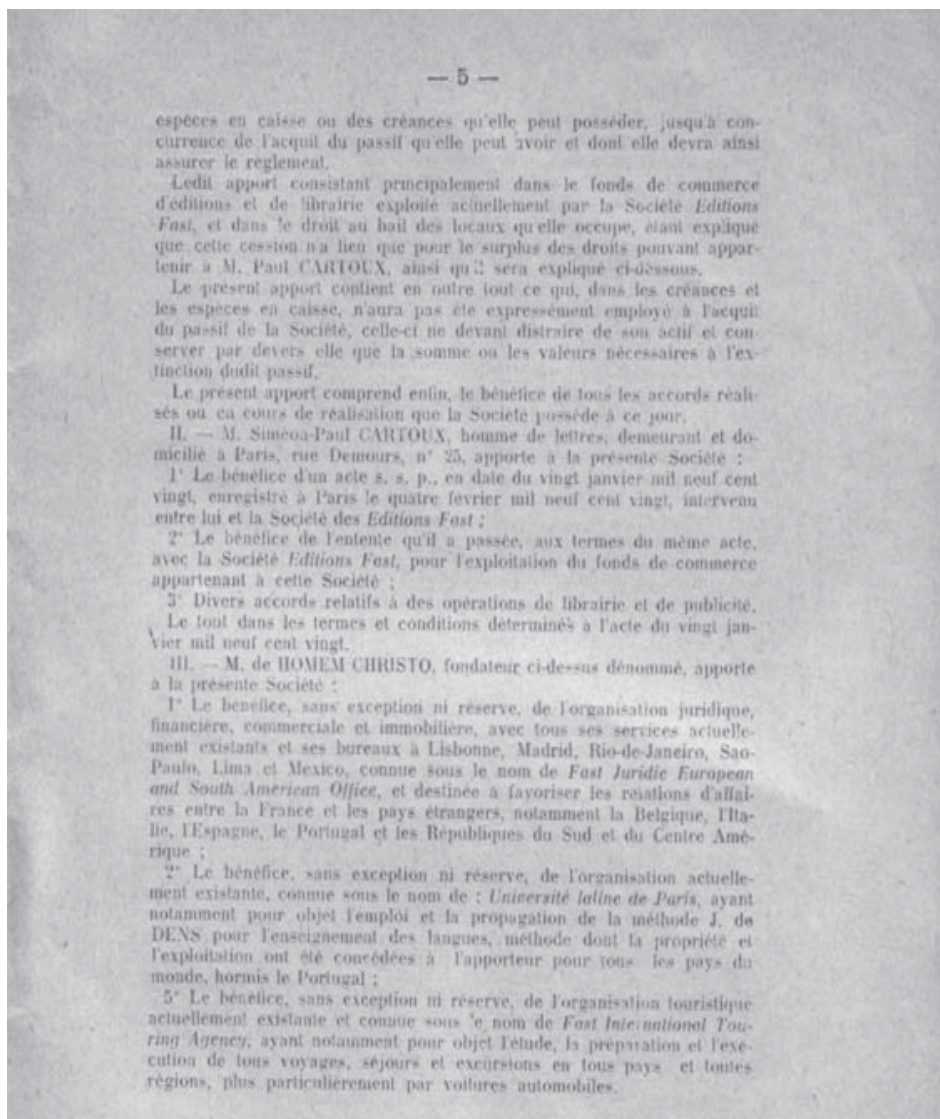
QUITTANCES  
de 250 francs  
REGISTRÉES

6 - Acções da Agência Fast compradas por Alberto de Monsaraz (Espólio de Alberto de Monsaraz)







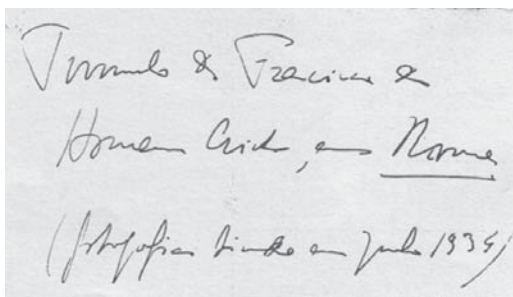
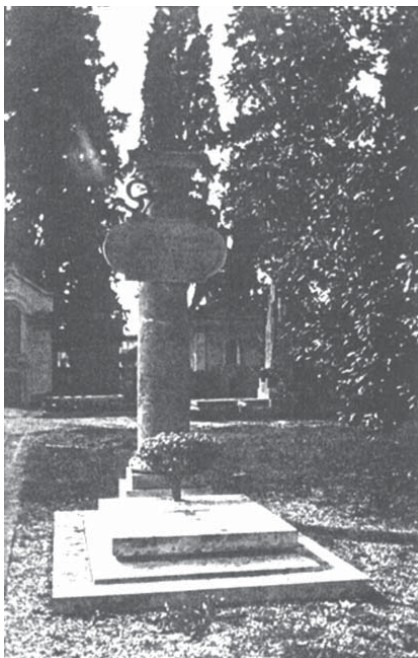


7 - "I Título dos Estatutos da Agência Fast" (Espólio de Alberto de Monsaraz)

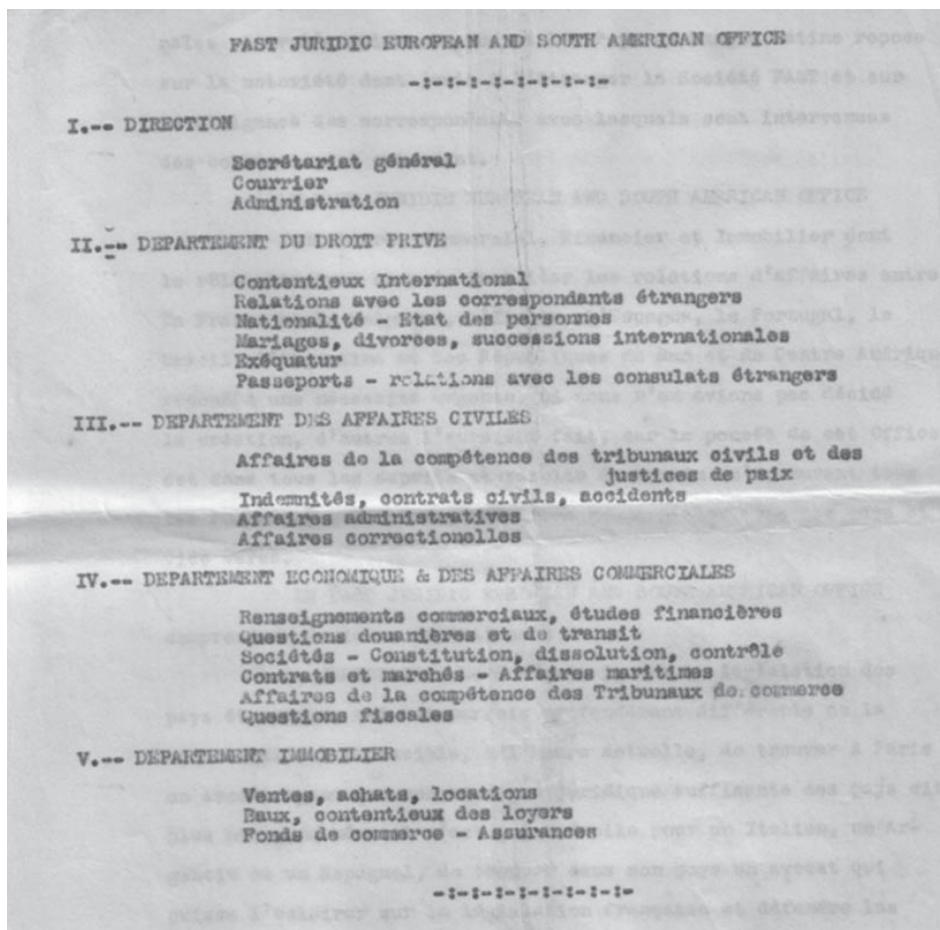


Homem Cristo Filho (c. 1910)

8 - Fotografia retirada de Miguel Castelo-Branco, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001.



9 - Fotografia retirada do Espólio de Alberto de Monsaraz



10 - Organograma do "Fast Juridic European and South American Office" (Espólio de Alberto de Monsaraz)



**INTEGRALISMO LUSITANO**

JUNTA CENTRAL

Rua Serpa Pinto, 38, 3.<sup>o</sup>

LISBOA

Exc. Sr.,

A J.C. do I.L. manda saudavelmente todos aqueles que seubram manter a alta e inquebrantavel fidelidade ao Principe e à Deutria da realeza nacional. Foi obedecendo a um precepito determinado que a J.C. deixou tranquilamente alargar o periodo de tregua ao combate ao Liberalismo e à Democracia. Segura da lialdade e da firmeza dos principios de todos os verdadeiros integralistas, desejei com a sua abstenção por a prova aqueles que se de nome e eram. Por outro lado, esperou esta Junta com justa razão que os acontecimentos viessem confirma-la na sua atitude duma maneira absoluta, sem que nem a confirmação pedesse influenciar a sua acção directa. Expurgado e nome novamente, stravez e surge nos definitivos crises que acaba de vencer por mereo de Deus, a J.C. jubilosamente transmite a todos os integralistas a boa esperança na redefinição nacional por virtude e esforço da nossa cruzada, de novo avigorada e rejuvenescida.

Vencido no nome honrado e sincero precepito de encontrar uma formula que, sem desdouro para ninguém e salvaguardando os principios da Monarquia portuguesa, unisse na mesma bandeira contra a republica os sectores da nossa monarchia nacional; excedendo até ao ultimo os meios duma aproximação honesta e lial ende, sendo de parte todos os personalismos inuteis e nefastos, se atordasse, porém, a dignidade do nome pensante politico e as necessidades de interesse nacional; -- se os obriguéssemos a considerar fixos os periodos da nossa alta e sã condiciencia e a retomar resolutamente o caminho da acção que nos levará ao resgate. A tremenda responsabilidade da hora que passa sobre os destinos da nacionalidade não se reflete em nós e fervor do nome nacionalismo. Per toda a parte, no mundo latino, silverense já o triunfo das verdades eternas. Hora de Rei! Hora de Autoridade! Hora de Resaca! O Liberalismo faliu. A Democracia faliu. Não deixemos nos diminuir a gloria da nossa bandeira, abatendo-a ou enredando-a perante compromissos non dignidade com o constituicionalismo falido e obsoleto, precisamente quando os nossos irmes na Ideia -- França e Aacia Francaise -- nos combatem e melhor vencem. Ação! Ação! Ação! As suas virtudes nos redimirão da vergonha em que a Nação se despenha. Semes pela monarchia pura contra a republica corada ou de barrete frigio; semes pela monarchia monarchica contra a monarchia republicana; semes pela Nação contra os partidos! O nome caminho está traçado: Monarquia dos municipios e das corporações da Inteligencia e do Trabalho. Com a republica ou com a monarchia constituicional restaurada não desarmaremos nunca. Servindo os nossos Principios e o nome Principe, combateremos por toda a parte e com combate semeador a ideia e crescendo o exercito com que hovenos de conquistar o Future.

De bom goizo é já a hora que passa. Até nós têm vindo as melhores indicações de que a fé dos portugueses não esmorece. Novas energias e novos espiritos têm acorrido ao nome encante, desiludidos dos antigos enganos. Firmes e firmes guardamos a nossa bandeira alta e shamrá os que andam extraviados no erro alimigo.

Não semes um partido. Falange de gente nova, daqueles cujo coração é moço, hovenos de vencer porque assim se-le impõe a Patria e assim o QUEREMOS nós.

Ao Excelentissimo Presidente d

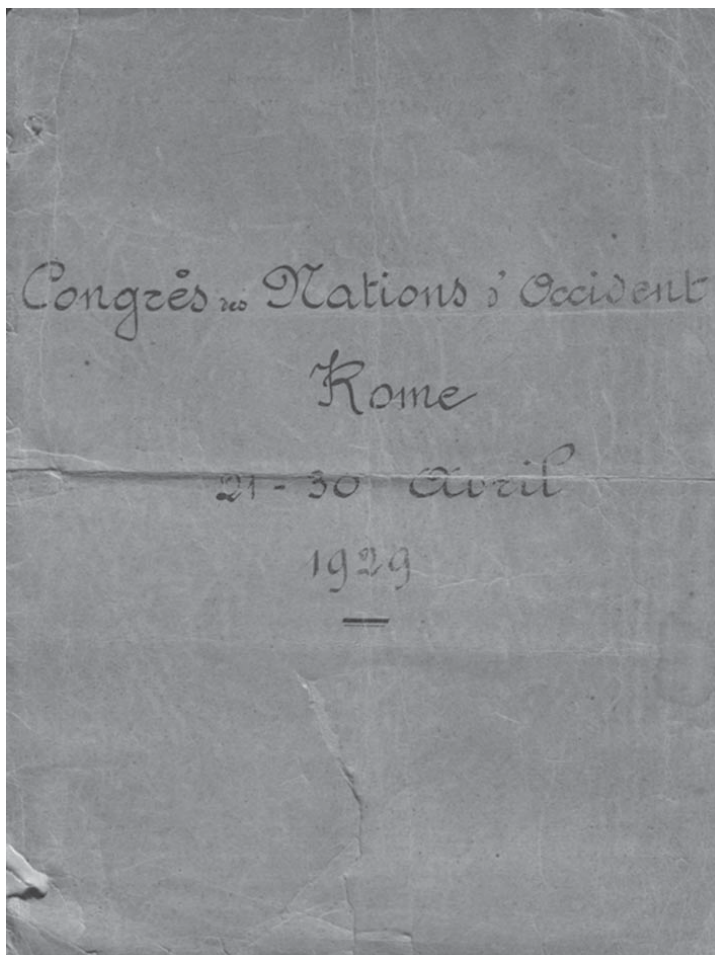
Lisboa, 6 de Janeiro de 1923

11 - Ofício da Junta Central do Integralismo Lusitano, 6 de Janeiro de 1923 (Espólio de Alberto de Monsaraz)



12 - General Miguel Primo de Rivera - PAYNE, Stanley G.,  
*José Antonio Primo de Rivera*, 1ª ed., Barcelona, Ediciones  
B, S.A., 2003

Septiembre de 1923. Golpe de Estado del  
general Primo de Rivera, Capitán general  
de Cataluña, que el Rey acepta.



RAPPORT du HAUT COMMISSAIRE GENERAL

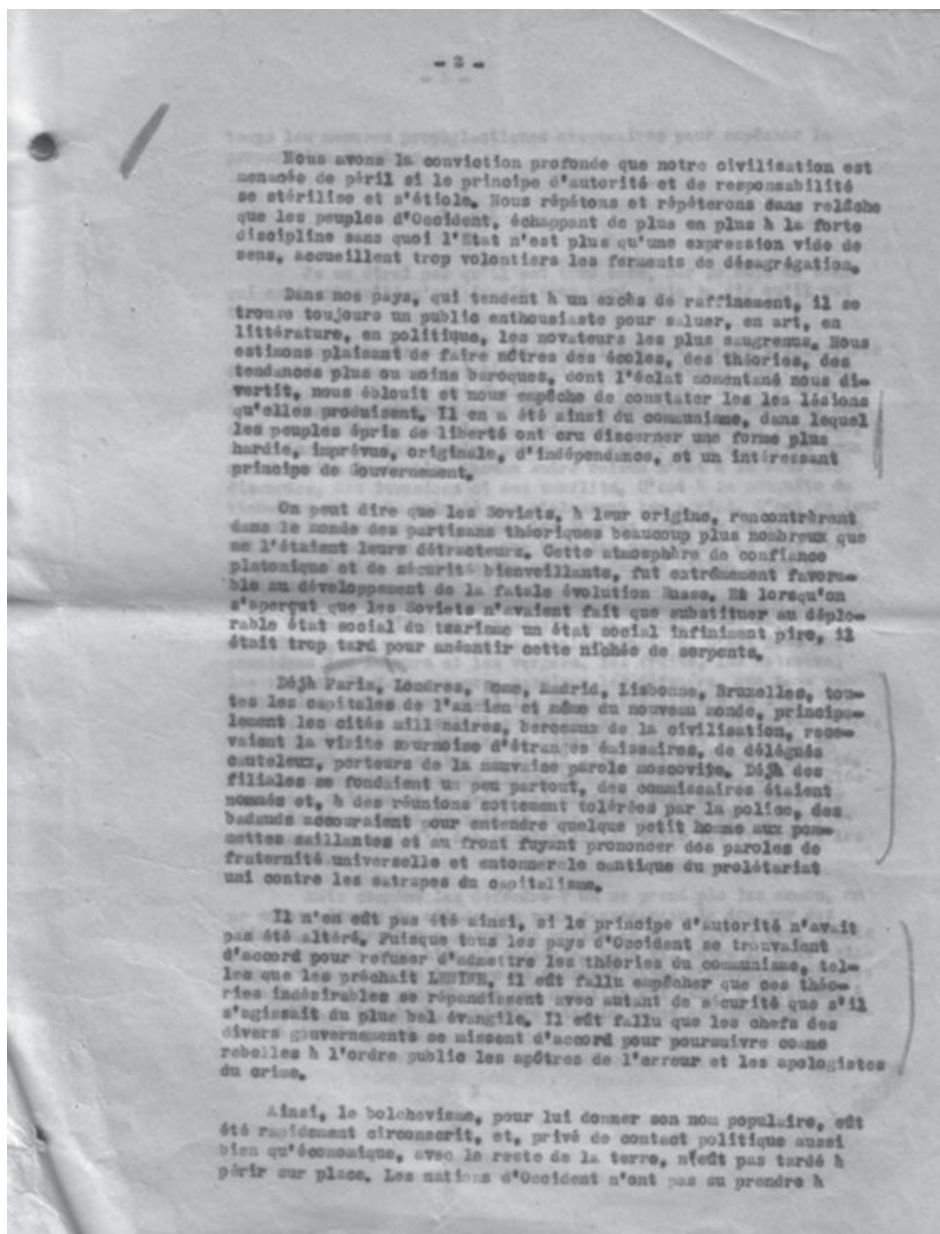
à Son Excellence le Général PRIMO de RIVERA, Marquis d' ESTELIA,  
Président du Conseil des Ministres d'Espagne.

Monsieur le Président,

Les peuples d'Occident n'ont pas le droit de se reposer sur leurs anciens prestiges. Les lauriers desséchés, les couronnes fanées ne sont que des simulacres dérisoires; seule compte les lauriers verdoyants. Il faut nous hâter de rappeler aux multitudes de l'Est que l'Univers ne leur appartient pas, qu'elles doivent compter sur notre nombre et notre intelligence. Il nous faut apprendre à bâtir autant de manufactures que de palais, à instruire autant de négociants que d'artistes. Pour peu que nous en prenions la peine, nous pourrions jeter sur le marché du monde des produits incomparables, car c'est à nous qu'appartient le sens de la perfection. Que la quantité renforce la qualité, nous tiendrons aussitôt en échec les pays de fabrication intense. Mais il est indispensible pour cela que nous fassions nos infatigables secondaires aux nécessités impérieuses de la solidarité, que nous recherchions non pas des alliances, mais des associations, que nous mettions en commun nos possibilités économiques et financières, exactement comme nous avons, en guerre, confondu nos armées.

Agir, agir, voilà ce que doit être toute notre politique, notre seule politique désormais. Libérons-nous des conseillers timides et des faibles. Cherchons des hommes nouveaux et des méthodes nouvelles, que la sempiternelle partie d'échecs disputée par la diplomatie soit une bonne fois broyée et jetée dans la poubelle. Ne jouons pas au plus fin, accordons-nous sur un terrain commun et le reste s'arrangera de soi-même. Enfin, nous des gouvernements qui gouvernent, qui protègent, qui aident, qui encouragent notre besoin d'essor, notre élan vers la prospérité.

X  
X X



- 3 -

temps les mesures prophylactiques nécessaires pour empêcher la propagation du virus.

X  
X v X

Je ne dirai pas qu'il est trop tard, car je suis de ceux qui estiment qu'il n'est jamais trop tard, mais je dis qu'il est temps.

Le communisme russe n'est que l'une des formes transitoires de l'ambition germano-asiatique qui ne peut détacher ses regards des rivages où la vie est facile. Aussi longtemps qu'il y aura des terres ingrates et des terres fécondes, des ciels de brume et des ciels ensoleillés, des plaines neigeuses et des plaines fleuries, aussi longtemps les peuples maltraités par le sort envieront ceux que favorisa le destin. Aucune autre raison n'est à la base des discordes, des invasions et des conflits. C'est à la conquête du bien-être et de la volupté que s'élancent les parias. C'est en leur vantant les grasses campagnes, les lourdes treilles et les belles filles des contrées bénies, que tous les capitaines de tous les temps ont irrité le stupre des armées, depuis Attila jusqu'à Guillaume II.

Nous devrions nous souvenir sans cesse, nous, Peuples d'Occident, que nous sommes des proiees promises. C'est nous qui possédons les labours et les vergers, les fruits, les moissons, les vignes. Il faut que nous sachions les défendre, que nous sachions les garder, sans quoi les rudes travailleurs de l'Est européen, ceux qui peinent et souffrent pour ensemençer un sol avare, ceux qui règnent sur les grands déserts blancs et stériles, se révolteraient encore contre ce qu'ils appellent un injuste partage. Et nous apprendrions comme alors, hommes nonchalants, que la clémence des saisons et la grâce des paysages sont des trésors sur lesquels il convient de veiller sans cesse, et qu'il faut protéger contre la cupidité des peuples las de subir les frimas et les tourmentes.

Mais comment les défendre ? On ne prend pas les armes, on ne construit pas de citadelles pour sauvegarder la douceur des climats. Ce serait une guerre de poètes et nous savons que, jamais plus, ces deux mots n'iront ensemble. Mais si, entre la nuit asiatique et les pays de lumière se dressent assez d'énergies unies, de forces associées pour former une muraille qui donne à réfléchir à l'assaillant éventuel, peut-être bien le temps des conquêtes sera-t-il à jamais passé.

X  
X X

- 4 -

Il n'est de salut pour nous que dans l'association. Ne cherchons point par un excès de dilettantisme, à nous allier à des races diamétralement opposées aux nôtres. Gardons-nous de croire que notre exubérance se trouvera compensée par la réserve de l'Orient et évitons le raisonnement facile qui consiste à réaliser le type même de l'équilibre moral en prêtant à chaque peuple sa vertu dominante. A la vérité c'est encore le groupement familial qui est le plus solide. Les rivalités, les discordes, les haines de famille sont encore celles qui s'apaisent et se dénoncent plus aisément. Donc, c'est entre nous seuls, Latins, que nous devons chercher des appuis, des concours, des encouragements, des forces. C'est entre nous que nous devons réaliser l'oeuvre de solidarité, garantie de notre salut. Il nous suffira d'accomplir tous ensemble un effort de volonté, pour restituer au monde, sous la forme d'une association internationale, l'Empire Romain, le splendide et dominateur Empire, dont, aujourd'hui encore, toutes les parties sont intactes.

X X

Ce territoire gigantesque, l'oeuvre de colonisation la plus vaste qu'aient jamais accompli les hommes, nous pouvons en recouder les fragments et reconstituer l'énorme bloc initial.

A l'Italie augmentée de la Sicile, de la Sardaigne, de la Cyrénaïque, la France, l'ancienne Gaule, s'ajoute, entraînant la Belgique, entraînant l'immense domaine africain de la Mauritanie et aussi la Numidie, l'Espagne, la Lusitanie représentent tout naturellement leur place dans l'ancienne carte d'Occident. La Dacie, où César avait placé la colonie romaine chargée de défendre la Latinité contre les Barbares, la vieille Dacie devenue nation roumaine rentre dans le giron et complète le groupe original... Pour que ce vieux rêve restauré cesse d'être une vision inconsistante, il ne faut entre l'Italie, la France, la Belgique, l'Espagne, le Portugal et la Roumanie, que le passage rapide et brillant d'une volonté conductrice, pareille à l'aiguille qui coud solidement les différentes pièces d'une parure, pareille à l'étau qui rassemble et rive toutes les pièces d'une cuirasse.

X X

Nombre de personnalités marquantes de qui l'opinion fait loi en économie politique, se préoccupent de l'action de plus en plus souveraine qu'exercent sur le Commerce du monde les groupements germaniques et anglo-saxons et déplorent l'inertie des pays latins, passifs témoins de cette expansion inquiétante. Tandis que la France, l'Italie, l'Espagne et le Portugal observent l'un vis-à-vis de l'autre une expectative.

- 5 -

tative stérile et se laissent diviser par des questions de sentiment, d'autres nations, les plus ambitieuses, les plus prolifiques n'accordent aucune importance au point de vue sympathie, à la cote d'amour, si prépondérante chez les Latins, et n'hésitent point à passer outre à ces bagatelles platoniques, pour donner tous leurs soins à la valeur capitale qui s'appelle : les affaires. Un client n'est pas nécessairement un ami; peu importe que nos fournisseurs nous détestent ou nous aiment.... En vérité, c'est une forme d'esprit toute féminine qui place l'amitié, sinon l'amour, au premier plan des relations internationales. Sous ce rapport, la France et même l'Italie témoignent d'une sensibilité singulière qui, pour être le défaut de leurs qualités dominantes, n'en est pas moins un défaut et un fort grand.

Dans la réorganisation de l'Europe, ce thème de tant d'allocutions, de conversations et d'interpellations qui n'ont pas encore abouti qu'à un guénil vague, il y a pourtant autre chose à faire que des grâces. Le temps que nous passons à des disputes de préséance, à des colloques tout enflés de notes sonores, les foules taciturnes de l'Est et du Nord, mais combien actives, l'utilisent à vendre et à acheter, à vendre à leurs amis d'hier qui sont leurs clients d'aujourd'hui, et demain le seront forcément davantage, à acheter à leurs antagonistes redevenus les producteurs de matières dont ils ont besoin plus que jamais. Ces échanges commerciaux deviendront tôt ou tard des rapports plus étroits, ces rapports imposeront des accords, des accords des traités de commerce et ces traités des alliances. Alors l'amour y jettera son ciment, s'il lui plaît.... Et cela ne fera qu'ajouter à la solidité de l'édifice.

Et nous, hommes d'Occident, qu'avons-nous fait? Rien?... Nous serons bien forcés de négocier avec l'omnipotence des firmes anglo-américano-germaniques, sous peine de nous passer de céréales, de textiles et de minerais.

Mais abandonnons tout à coup nos méintelligences. Régions le litige hispano-lusitanien, réglons la contestation italo-française et que nos plénipotentiaires choisis parmi les marchands, les industriels, les manufacturiers, les armateurs, les agriculteurs, les banquiers, parmi ceux qui font de l'argent et non ceux qui le regardent faire, que ces délégués se rencontrent loin des parlements et des parlementaires et se consultent sur les moyens d'associer la production de l'Italie, de la France, de la Belgique, de la Roumanie, / du Portugal, de l'Amérique et de l'Afrique latines. Alors et alors seulement nous aurons réalisé une œuvre immense et assuré la suprématie et l'avenir de l'Occident.

Non, ce n'est pas impossible! Il existe moins d'abîmes entre la lire, le franc, la peseta, le lei et l'escudo qu'entre la livre, le dollar, le mark et le rouble. Or, nous ne tarderons pas à assister à des arrangements tels que le rouble et le mark se rapprocheront de l'étalon dollar et de se combiner le sterling. Non pas par la vertu provisoire des armes, mais par des offensives financières, le négociera bien par lancer des ponts entre Berlin, Moscou, Londres et

- 6 -

New-York et, ce jour-là l'équilibre déjà si instable des grandes puissances sera définitivement compromis, parce que toute la production se trouvera trustée par les peuples maîtres.

Au contraire, que la Ligue d'Occident entre dans une voie de réalisation, que Rome, Paris, Bruxelles, Madrid, Lisbonne, Bucarest deviennent les six comptoirs d'une Banque géante; voilà instantanément l'équilibre rétabli. Lignes ferroviaires, lignes maritimes, entrepôts, usines, sans abandonner leur pavillon ni leur autonomie administrative, fonctionnent dans le même sens. Toute l'activité occidentale sera entraînée vers la surproduction commune. Et ce sera, en somme, une autre Société des Nations, non pas une coûteuse et vaine bureaucratie comme celle de Genève, mais plutôt une forte organisation de travail pacifique et productif.

Les cinq nations principalement intéressées, la Belgique, la France, l'Italie, l'Espagne, le Portugal dessinent un triangle presque parfait appuyé sur Paris, Lisbonne, Rome. Une ligne tracée de Paris à Rome commande, par Marseille, et les ports italiens, tout le commerce avec les Echelles du Levant, l'Afrique et l'Extrême-Orient. Une autre diagonale à travers l'Espagne aboutit à Lisbonne, et Lisbonne, ne l'oublions pas, s'est l'axe direct à l'immense Brésil et à toute l'Amérique du Sud. On perçoit sans peine les prodigieuses conséquences que pourrait entraîner une entente préalable de l'Europe latine. Au bloc initial, viendraient se joindre, avec le Brésil, les autres peuples catholiques de l'Amérique: le Mexique, l'Argentine, et toutes ces nations vigilantes du Nouveau Continent dont le rôle vers la Latinité libre ne s'est jamais ralenti, n'a jamais failli aux heures même les plus tourmentées. Identité de race, analogie de régime, sympathie ardente, tout concourt à leur union avec nous.... A coup sûr, la tâche est formidable, les moyens de la mener à bien sont délicats, mais aussi la matière est singulièrement riche.

Bully et l'Abbé de Saint-Pierre se bornèrent à jeter l'idée sur le papier lorsqu'ils révérent le Tribunal des Nations, qualifié de chimère, leur plus commode de recevoir aujourd'hui un semblant d'existence... car les poètes sont souvent des prophètes. Nous, réalistes, pour qui la pensée est inséparable de l'action et qui avons, du temps, une notion bien différente de celle de nos pères, nous sommes fondés à espérer qu'il faudra moins de trois siècles pour édifier la Ligue d'Occident.

Au demeurant, ce projet, devenu une nécessité, n'a rien d'insolite, ni de déraisonnable. Il repose sur une formule d'association familière à tous les sociologues modernes, il substitue les collectivités aux individus, voilà tout. Et puisque cette conception ne met en jeu que l'argent des poches et non leur sang, que leur intérêt, non leur orgueil, ce projet est réalisable. Donc, il faut le réaliser.

Même si dans chacune de nos nations la politique cessait d'être un "cercle comme il faut de vieillards glorieux", point ne serait besoin de consultations interminables pour faire la Ligue d'Occident une réalité tangible. Mais s'il est vrai que le jour approche où les poli-



- 7 -

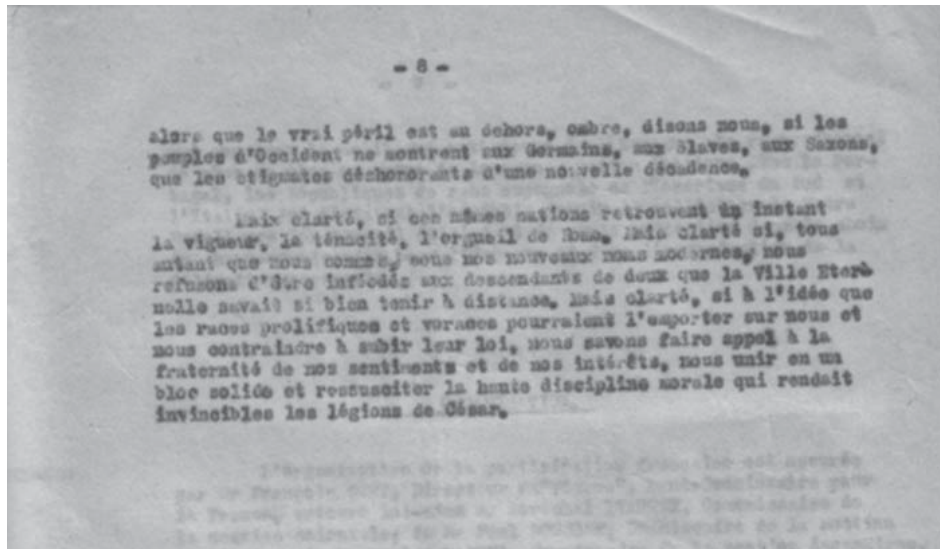
ticiens de métier, les professionnels du "peut-être", du "qui sait", du "plus tard", seront remplacés par les énergiques, les hommes de travail, les hommes d'affaires, les hommes nouveaux, -- ceux-ci sauront voir dans la ligne d'Occident mieux qu'un Voyage en Icarie.

Le monde occidental a perdu au cours des Eges les deux principes fondateurs de sa suprématie : la foi et l'énergie. Non seulement chacun professe la négation de son propre geste, mais encore se refuse à reconnaître la valeur du geste d'autrui. Il s'ensuit que tout élan est d'avance condamné, qu'il est interdit à un homme parmi les hommes de vouloir, d'oser une chose un peu nouvelle, à moins qu'il ne soit de taille à braver les ruses et à mépriser les injures. Ce scepticisme latent est une sorte d'atmosphère raréfiée au milieu de laquelle les âmes ne peuvent plus vivre, où aucun front n'ose dépasser les fronts. A moins de résigner en nous la confiance, nous sommes dorénavant condamnés à se supplier tantôt de condoyer sans cesse le génie et de le reconnaître.

L'énergie aussi a décliné. Et justement parce que la foi a périéolité, l'énergie est devenue vertu d'exception. A force de ne pas croire, la multitude moderne a acquis le déplorable travers de mésestimer tout effort et de considérer que rien ne sert à rien.

Le moment est venu d'établir si notre ancienne grandeur ne doit plus être qu'un souvenir universitaire, ou bien si nous voulons en ressusciter, en maintenir, en accroître le prestige. Jamais les conjonctures n'ont été plus propices. Une conflagration presque universelle a permis à toutes les nations de se connaître, de se contrôler, de se plaire ou de se haïr. Ce fut comme une vaste consultation, préliminaire d'orientations que rien avant 1914 ne faisait prévoir. Se peut-il que les âmes jetées dans le brasier de la guerre n'aient pas été débarrassées de leurs vieux oxides ?

L'avenir est ombre ou clarté. Ombre, si les nations laïques persistent à se contenter d'une politique égoïste et vaine, sans aucune attention pour l'agitation profonde du monde entier. Ombre, si continuellement de suivre la pente glissante de l'insolence, elles s'abaissent en rien vers la servitude. Ombre, si l'une à cause de sa natalité de plus en plus faible, l'autre à cause de son défaut de résistance, l'autre à cause de son indifférence à l'intérêt national, l'autre à cause de la passion excessive qu'elle porte à ses querelles intestines



13 - "Congresso das Nações do Ocidente" (Espólio de Alberto de Monsaraz).

### La extensión espiritual del mundo.

De este modo, por medio de esta epopeya formidable de conquistas, descubrimientos y viajes, que no ha sido igualada por ninguna otra en su conjunto, en un tiempo aproximado de cincuenta años, cambiósese totalmente la faz del globo.

Pero más importante tal vez aún que el ensanchamiento de las tierras, fué el ensanchamiento de los espíritus. Frente a la concepción antigua y medieval de un mundo limitado y finito, se abrieron, en el término de cincuenta años, ante los ojos de la Humanidad atónita, los más indefinidos e inmensos horizontes. Todo ese germen de idealismo hacia el infinito, de sentido de la profundidad, de la tercera dimensión, que caracteriza a la civilización moderna de Occidente, según Spengler, y de que carecía por completo la civilización del plano inmediato, se debe, sin duda, a ese vértigo, a ese éxtasis del espíritu humano cuando salió de los horizontes puramente domésticos, y, todo lo más, urbanos, de las perspectivas de la Edad Media y se trasladó de repente al terreno de lo mundial,

de lo universal, de lo ilimitado. No es de extrañar que entrara a la Humanidad una especie de embriaguez impulsadora hacia todos esos sistemas filosóficos, a la vez idealistas y materialistas, tan característicos de la época moderna y que la diosa Extensión fuera, en el seudomaniqueísmo de Descartes, el contrapunto del Pensamiento.

Esa inmensa transformación de que se enorgullece tanto la intelectualidad moderna, la iniciación de todos esos grandes idealismos, el germen de ese espíritu de infinitud, se deben, pues, grandemente a España, se deben a Portugal, se deben a la acción Ibérica.

Pero España supo sin embargo evitar, protegida por su sano espíritu religioso, aquella embriaguez, aquel vértigo del idealismo germánico cuya cumbre y cuyo abismo se sintetizan en la egolatría hegeliana. Pues por una providencial paradoja, por una histórica y notable aplicación del clásico y famoso «Sic vos, non vobis», fué protegida nuestra patria, la impulsadora inicial de la gran expansión mundial y espiritual, de todos los vertiginosos extravíos que la siguieron y que han culminado, al fin y al cabo, en el fracaso sangriento de la civilización europea moderna.

#### El concepto de cultura latina.

Estas consideraciones tienden a explicar el concepto de cultura latina, que es—en su especificación hispánica—la que transportaron los navegantes al mundo que iban a formar, y que precedió como antorcha luminosa en la proa de las carabelas a aquella otra luz de salvación a la cristianización de América, a la cristianización del mundo, de la cual la cultura latina parece ser el cáliz espléndido y sagrado, creado por Dios, para que en él beban la comunión espiritualista todos los pueblos de la Humanidad.

La cultura latina es una cultura sintética, superior, marcadamente espiritual, formada sobre las consecuencias del mundo romano, que fueron su material sustentador, en un estadio más elevado que el meramente material y orgánico, en la fase sintética del espíritu, en un mestizaje superior y espiritual, resultando de ello lo que yo llamaría tal vez una *supercultura* para distinguirla de la concepción organicista de cultura, más restringida y limitada.

Es, pues, la cultura latina como el género cultural, de los que España, Francia, Italia y Portugal son las especificaciones nacionales. Su espíritu se desarrolla más completamente en el tiempo, después del Renacimiento, a través de los Siglos de Oro italiano, español, francés, y sus elementos integrantes, a mi juicio, son: un fondo común romano, resultante de las ruinas del Imperio Occidental, que sirvió de base, de asiento, de materia receptora étnica, social, jurídica y lingüística. En segundo término, las infusiones sucesivas de vida nueva de las diversas invasiones germánicas, que dan origen, por su fusión con el romano sedimento, a la homogeneidad de cultura medieval de la Europa del siglo X. En tercer lugar, las aportaciones culturales sucesivas, primero, del helenismo a través de la Iglesia primitiva cristiana y de la escuela filosófica de Alejandría; después, la que resulta del contacto helenístico, algo difuso e indeterminado, pero real y constante, con el Imperio del Oriente, a través de la misma Iglesia y mediante el comercio y las

Cruzadas; además, la gran aportación helenística arábigo-judaica, a través de España, de la que antes hablé. Y, por último, la gran aportación intelectual y artística, que, con la ruina del Imperio del Oriente, invadió a Europa en el Renacimiento.

Italia fué teatro de esta última explosión cultural. Pero su desarrollo político era entonces incompleto, era casi anárquico. España, que estaba preparada con su reciente unidad nacional, con el admirable reino incorporativo de Fernando e Isabel, que, con las leyes de Montalvo y las Cortes de Madrigal y Toledo, en 1480, se había despojado de los últimos privilegios feudales y que presentaba todos los caracteres del gran Estado moderno; España, digo, preparada así en su orden político e intelectual, poseedora de una raza expansiva, riquísima en elementos integrantes y llegada a su momento centrífugo, colocada a la salida del mar de la civilización eterna, el Mediterráneo, en ese extremo peninsular de Europa que parece como un gesto que flende hacia América, recogió el espíritu cultural latino, que acentuó con ese sentimiento de lo jurídico—que, desde Séneca a los estoicos, parece íntimamente ligado con todo lo nuestro—, y cumplió la angusta misión de crear una inmensa civilización joven sobre el continente que se extiende en la orilla occidental del Atlántico.

### El espíritu español del siglo XVI.

Intuición, realismo, dualismo espiritualista, sentimiento profundamente arraigado de la justicia, concepto íntimo de la libertad, procedente de un largo ejercicio de la organización comunal; sentimiento de la jerarquía y del orden, infundido por la convivencia y compenetración del orden civil con el orden jerárquico de la Iglesia; exaltación de todas las vibraciones intuitivas del arte, por las ondas radiantes de la reciente explosión renacentista; iniciación de la época superior de nuestra producción literaria, hegemonía real y efectiva sobre todos los pueblos de Europa, conciencia profunda y naturalmente sentida de la superioridad del espíritu español, creencia en una alta misión divina que cumplir, he aquí los elementos indestructibles, compuestos de orden y de eternidad, que, como armas espirituales invisibles—como aquellas que en la *Iliada* utilizaban los dioses en los fabulosos combates de los héroes—, llevaban en su paseo triunfal por los ámbitos del americano continente aquel

ropa, en un opúsculo, un cosmógrafo del Duque de Lorena, llamado Waldesemüller. Por último, Pinzón y Díaz de Solís, en 1508, descubrieron el Plata, a cuyas márgenes murió el último. Dejo otras varias expediciones, entre ellas la de Alonso Niño y Guerra, por el mismo itinerario que Lepe, para no oscurecer el gráfico. Si tomamos para todas ellas los cálculos de las rutas de las flotas de Indias de aquel tiempo, encontraremos, sumando egreso estos itinerarios de navegación, unas 20.000 leguas, o sean 100.000 kilómetros. Hojeda fué el que proclamaba a los indios su igualdad espiritual con los españoles por proceder del mismo tronco común: Adán y Eva, y estar redimidos por la misma sangre de Cristo. Es esto un hermosísimo rasgo característico del espíritu universalista y humanitario de aquellos exploradores.

#### Características políticas de la Administración hispanoamericana.

La característica principal, a mi juicio, de la constitución de los diferentes virreinos e intendencias americanas, es el sentido admirable de lo *jurídico*, de lo *institucional*, de todo aquel vasto Imperio. Contrariamente al espíritu de otras naciones colonizadoras, que daban a sus fundaciones coloniales el carácter de factorías de explotación, España dió, desde el principio, el carácter ciudadano, recordando con ello el espíritu del «*jus civitatis*» romano, y justificando, no en sentido imperialista o dominador, sino puramente jurídico, la alteración del magnífico hexámetro latino:

«*Tu regere Imperio populos, hispane memento...*»

Mientras que Inglaterra, como es bien evidente, ha procedido en su colonización por desplazamiento—como en el Canadá o en Australia—, y allí donde no ha podido desplazar a los aborígenes—como en Irlanda o en la India—, continúa en perpetua lucha y antagonismo y aun ha sido desplazada ella misma en la primera

de París atrajo con su luz deslumbradora a todo un enjambre de mariposas intelectuales de Sudamérica, que fueron muchas de ellas a quemar las alas de sus ilusiones en la vida artificial de la gran urbe, pero que dieron origen a personalidades de gran valor, a verdaderas llamaradas, como la insuperable de Rubén Darío, que agregaron a todas las cualidades íntimas y fuertes de nuestra Raza el barniz de elegancia que imprime a la cultura el universalismo parisién. No solamente no he de negar este influjo, sino que hasta cierto punto yo creo que hay algo en ello de ejemplaridad para España, la que, a mi juicio, se ha dirigido cuando ha ido hacia Europa demasiado hacia el lado de Alemania, haciendo que se cultivara de preferencia por toda una generación intelectual española la filosofía Krausista, lo que, como ha dicho en algún sitio Benedetto Croce, constituyó una desgracia más para la desafortunada España.

Como digo, no creo que deban ofuscarnos para nada estas desviaciones de la cultura, si seguimos la tradición de la Raza y de la cultura hispánica. Su impulsó íntimo creador, que, como he indicado antes, consiste tal vez en ese instinto de asimilación, en ese mestizaje, tanto étnico como cultural—que no está refido, de ningún modo, con las caracterizaciones personalistas y fuertes de que nos habla Ganivet—, tiende a asimilar los otros elementos como materia dentro de la forma perenne de una fuerte personalidad espiritual. Dejemos, pues, que las naciones de América del Sur vayan a buscar riqueza y variedad para su espíritu en nidos culturales ajenos, sobre todo si estos nidos están sombreados por los boscajes sagrados de la cultura latina. Como los palomos ladrones, servirán para enriquecer con sus aladas y espirituales conquistas el gran acervo común de la cultura hispano-americana.

### El sentimiento de la reciprocidad.

Por otra parte, hay que concebir las relaciones hispano-americanas, no como algo polar y dualista, como una relación de madre e hijas en una jerarquía irreal que ya no puede ser sino cronológica, sino como un conjunto, como un todo, del que España es una de las partes; la cultura española debe aportar todo lo que pueda a la hispano-americana, pero puede recibir mucho, tanto o más de ella. Y ese carácter de *reciprocidad*, que es el verdaderamente

fecundo para España, puesto que tiene un carácter doble de prestar y de recibir, se debe extender a todas las demás manifestaciones, principalmente las comerciales y políticas. No hay que olvidar el ejemplo sublime que se nos da en esas grandes alturas espirituales con la reciprocidad admirable de dos genios hispano-americanos, contenida en la siguiente polaridad: Cervantes, el más ilustre, inmortal prosista americano; Rubén Darío, el «León de Nicaragua», el más grande poeta español.

Además, ya se va reaccionando de esa superstición, que hizo correr el interesado tópico de que las Repúblicas sudamericanas eran «hijas espirituales de Francia»; ya se va desvaneciendo ese *latinismo* artificial, inventado en París, para esconder bajo su hipócrita capa cultural el contrabando de sus modas, sus perfumes y toda la quincalla de exportación. Estamos por encima de esas mezquindades y creemos muy estimable, a pesar de algunas injusticias con respecto a España, la obra de intelectuales como los hermanos García Calderón, en París, de divulgación en defensa del espíritu latino. Por otro lado, la reacción españolista se dibuja claramente en Benjamín Carrión, Vasconcelos y otros. Para todos ellos, la cultura hispano-americana, el espíritu latino, que transplantaron las carabelas y galeones españoles desde las orillas del Mediterráneo a los mares tropicales, tiene una inmensa, profunda y admirable sustancialidad; para todos ellos, el ideal magnífico es que esta gran América del Sur y del Centro, de la que España es, o debiera ser, la prolongación europea, sea la tierra de promisión, la tierra de la civilización de los nuevos tiempos, con la fuerza y flexibilidad inmensa de su Raza, fusión de tantas sangres diversas bajo los ardores del cielo tropical; receptáculo sagrado de la cultura latina, también riquísima y diversa, pero contenida en las ideales líneas perennes que antes describí, cuyo canon espiritual es tan eterno como las armónicas e inmortales proporciones del Partenón; para todos ellos existe el mismo problema y la misma lucha: el *sajonismo*, la invasión sajona anarquizante, por su cultura insustancial o distinta, a pesar de su ordenada y organizada técnica. En esta lucha caballeresca contra el materialismo que les viene del Norte, debemos aprestar nuestras armas, debemos unirnos en la cruzada, sentándonos en la mesa redonda de esa nueva caballería del Rey Arturo, de los espiritualismos sud-americanos; sin preocuparnos de rangos absurdos, que la obra

creo demasiado en esa moda. Porque cuando veo firmar un Pacto de Paz muy cacareado, que cuesta tan sólo el trabajo de la firma, y al día siguiente votar la construcción de quince cruceros, que cuestan muchos millones de dólares, pesa más en mi ánimo esta última cifra que la firma anterior, por más que se haya hecho con pluma de oro.

Como se decía recientemente en un periódico satírico, es muy conveniente, contra los incendios, asegurarse con la firma de una póliza de Seguro. Pero también es bueno tener un buen extintor. Ese extintor lo forman un buen Ejército y una buena Marina.

Sin embargo, el papel esencialmente pacífico que conviene a España, por su posición mundial aislada, y sobre todo por haber sabido permanecer fuera de la inextricable malla de rencores y de intereses que oprime y ahoga a las naciones beligerantes, después de la última guerra, hace que nuestra Patria, prestigiada además por su pasado y por su conexión espiritual con los *dueños del futuro*, con esa América del Sur, de que tanto he hablado, esté llamada a cumplir y haya cumplido en más de una ocasión un importantísimo papel de árbitro de intereses y pasiones encontradas en la política europea, y más especialmente en la Sociedad de Naciones. Papel éste muy honroso y que bien cuadra a la Nación a quien cabe la gloria de haber dado a luz del seno de su espíritu amplio, universalista y cristiano, desde el siglo XVI (tres siglos antes que se fundara la Sociedad de Naciones), al creador inmortal del Derecho internacional, al Padre Francisco Vitoria.

14 - Excertos da conferência de D. José Pemartin y San Juan, "Política Hispano-Americana", *Curso de Ciudadanía. Conferencias pronunciadas en el Alcázar de Toledo Marzo 1929*, Madrid, Ediciones de la Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, s.d.



